

Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Tellus
59

Tellus, n.º 59

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Na capa: António Cabral, linóleo de Álvaro Fialho

Vila Real, Outubro de 2013

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginado e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Revista de cultura trasmontana e duriense

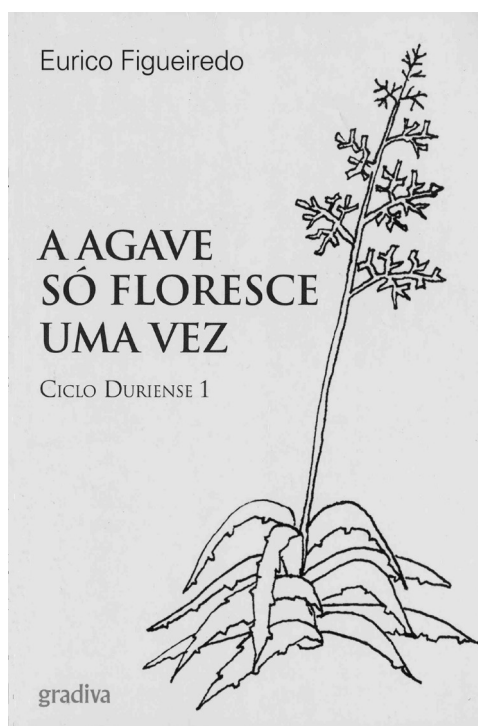
Tellus
59

A Agave só floresce uma vez, de Eurico Figueiredo

A. M. Pires Cabral

A literatura de temática duriense é já razoavelmente rica, quer no que toca ao romance e conto, quer no que toca à poesia, para falar apenas dos géneros literários geralmente tidos por mais nobres. Mas é sempre possível enriquecê-la ainda mais, como Eurico Figueiredo acaba de demonstrar.

Curiosamente, também não é caso único esse que a página de rosto anuncia: que este romance é a primeira parte de um ‘ciclo duriense’, pois que no séc. XX tivemos justamente um ‘Ciclo Port Wine’ — uma trilogia de Alves Redol, constituída pelos romances *Horizonte cerrado*, *Os homens e as sombras* e *Vindima de sangue*. Como matéria de inspiração literária, o Douro — rio, região, homem, natureza, vinho — dá pano para mangas e os livros que lhe são



¹ Texto de apresentação do livro, em Vila Real, em 4 de Junho de 2011.

dedicados, para que ele possa ser visto na sua caleidoscópica realidade, podem exigir sequência.

Para quem gostar de arrumar e classificar as coisas por categorias, a primeira questão que se levanta é saber que espécie de livro é este *A agave só floresce uma vez*. Que livro é — por fora e também por dentro, ou seja, quanto à forma e quanto ao conteúdo.

Normalmente é mais fácil classificar a forma do que o conteúdo — as evidências formais são mais nítidas e mais facilmente categorizáveis do que as evidências conteudísticas —, e por isso começaremos por aí.

Trata-se, inesperadamente para mim, de um romance epistolar, coisa que, não sendo propriamente rara na literatura universal, não deixa de ser uma forma algo singular de contar uma história. Romance epistolar é aquele que se desenvolve totalmente ou em grande parte com base em cartas. É um sub-gênero que conheceu o seu auge no séc. XVIII, mas ainda hoje é cultivado. Alguns exemplos célebres de romances epistolares são as *Lettres persanes*, de Charles de Montesquieu; *Pamela*, de Samuel Richardson; *Les liaisons dangereuses*, de Choderlos de Laclos; já nos nossos dias, *Dracula*, de Bram Stoker; *The colour purple*, de Alice Walker; *Black box*, de Amos Oz. Na literatura portuguesa, destaque para as *Cartas portuguesas*, atribuídas (erradamente) a Sórora Mariana Alcoforado, para as *Novas cartas portuguesas*, de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta (as célebres Três Marias), misto de romance e ensaio que alguma contribuição deu para abalar a ditadura de Caetano, nos anos 70 do século passado, ou, mais modernamente ainda, as *Cartas a Sandra*, de Vergílio Ferreira.

Talvez se justifique uma referência especial a um desses romances, o *Werther* (1774), de Goethe, cujo título completo é *Die Leiden des jungen Werthers* (*Os padecimentos do jovem Werther*). É a história contada em missivas por um jovem possuído do espírito doentamente melancólico do *Sturm und Drang*, movimento literário que anunciava o romantismo que aí vinha. O herói, apaixonado pela mulher de um amigo, não vê outra solução que não seja o suicídio — desencadeando desse modo uma vaga sem precedentes de suicídios entre inúmeros jovens igualmente possuídos pela sensibilidade exacerbada do mal da época. Felizmente, no romance que agora nos ocupa, não só não há uma situação sentimental do mesmo género (mas sim o retomar tanto quanto possível saudável de uma relação conjugal interrompida) como não se espera dele que venha a ter um efeito seminal tão nefasto como teve o *Werther*, induzindo seja quem for ao suicídio. Pelo contrário, se induz a alguma coisa este romance de Eurico Figueiredo, é à busca de razões para sobreviver. De um certo ponto de vista, este livro é um manual de sobrevivência.

O romance é constituído por uma série, não de cartas, como no romance epistolar tradicional, mas de *e-mails*, enviados por Arnaldo a Irene, cônjuges separados há cerca

de um ano, no momento em que a história começa. Esses *e-mails* só no final terão uma resposta. Minto: tinha havido anteriormente uma outra resposta, mas tão breve e irrelevante que o Autor não a reproduz como tal, limita-se a citá-la *en passant*. Esta sucessão de *e-mails* é apenas interrompida em dois momentos, em que Arnaldo cede o lugar a um narrador impessoal, ou seja, a narrativa na primeira pessoa cede o lugar à narrativa na terceira pessoa. Apesar disso, são dois momentos de grande intensidade, em que a história se torna menos especulativa e avança com mais desenvoltura. Podemos dizer que, no plano da economia do romance, se pouparam dessa forma uns quantos *e-mails* e se esconjurou o perigo de uma eventual monotonia narrativa.

Trata-se portanto de um romance epistolar. Mas, como se está vendo, um romance epistolar não-convencional, pelo contrário, muito *up-to-date*: em vez de cartas, *e-mails*. É certo que os *e-mails* reproduzem o modelo estrutural da carta tradicional: datação, saudação e fecho afectuosos, etc. Mas são *e-mails*. Tratar-se-á pois do que podíamos chamar um romance ciber-epistolar — um dos primeiros, se não o primeiro, da nossa literatura.

Isto quanto à forma.

E quanto ao conteúdo, que espécie de romance temos aqui?

Aí, a resposta não é tão taxativa. Digamos que coexistem nele diversos registos romanescos. Pode até, de um certo ponto de vista, falar-se em romance policial, na medida em que a certa altura se desenvolve um enredo de mistério e investigação. Mas esse não passa de um aspecto secundário, embora tenha algum significado no desenvolvimento da história contada.

Poderá também falar-se de um romance didáctico, na medida em que nos expõe a situação no Douro vinhateiro, seus problemas, virtualidades e anseios. Arnaldo é um engenheiro de sucesso, à boca da terceira idade, que acaba de se reformar. Em plena crise inerente à reforma, em que não vislumbra um sentido útil para o tempo de vida que lhe resta, e separado a contragosto da mulher que continua a amar, encontra-se à beira da depressão e precisa de se envolver em algum projecto que lhe preencha os dias. Escolhe então iniciar uma carreira de vitivinicultor numa quinta de Figueira de Castelo Rodrigo, a Quinta Vitoreira, herdada de seus sogros e abandonada na prática à gestão mais ou menos negligente de um caseiro. Para isso, relaciona-se no meio da produção e engarrafamento de vinhos, aprende a distinguir as castas, de que fala com enorme segurança, planeia e dirige os trabalhos da vinha, reconhece as características dos bons vinhos e sabe as comidas que vão bem com eles. Numa palavra: informa-se. E toda essa informação é restituída nas páginas deste romance. Quem quiser conhecer o Douro vinícola sem as agruras de ter de passar pela leitura mais ou menos árida de obras técnicas, tem neste livro uma boa alternativa. Por isso falámos em romance didáctico, isto é, romance que retrata quase tão realisticamente como um ensaio um dado ambiente humano, geográfico e económico — o mundo dos vinhos do Alto Douro

— com as suas vicissitudes, os seus enredos, as suas tricas e deslealdades.

A aposição de abundantes notas explicativas, à maneira dos ensaios, reforça esta vocação de didactismo do romance.

(Um parêntesis: quem conheça minimamente a biografia do Autor, Eurico Figueiredo, não pode deixar de estabelecer um paralelo entre ele e a personagem Arnaldo, que permite inferir que, em certos momentos, o romance pode ser visto também como auto-biográfico.)

Podemos ainda encará-lo como romance psicológico. Na verdade, é na esfera interior das personagens, e não nos circunstancialismos em que elas se movimentam, que se joga o essencial do romance. Aqui, uma vez mais, a experiência do Autor (agora na sua qualidade de professor de psiquiatria) é visível: procede a finíssimas análises psicológicas, sobretudo de si próprio, mas também da mulher, Irene, e mesmo das personagens mais ou menos relevantes que vão interagindo com ele ao longo da história. Na verdade, só uma pessoa altamente preparada pode fazer aquelas análises minuciosas de comportamentos e motivações, que avultam como uma certificação por assim dizer científica, da história que vai sendo contada.

É de resto nesta perspectiva do psicologismo que o papel da memória é tão valorizado no romance. Longe da mulher, mantém-se ligado e ela pelos laços simultaneamente ténues e tenazes da memória.

Como é possível termos tantas cismas guardadas na memória, ingredientes mortíferos dos nossos pesadelos? Porque será que não nos lembramos assim das coisas boas que nos aconteceram na vida? Porque é que a memória só nos atormenta e nós nos deixamos atormentar? (p. 18)

A memória, no seu fluir contínuo, revisita momentos passados de felicidade, diferendos, confrontos, a crise académica de 1962 (em que, como é sabido, o Autor teve papel central), a guerra colonial — acontecimentos esses também com relevo na vida das duas personagens centrais.

E a memória é de tal forma o fio condutor da história, que Arnaldo, que a princípio se insurge contra a falta de resposta de Irene aos seus *e-mails*, acaba por preferir que seja assim.

É muito mais agradável para mim dialogar contigo através da minha memória. Acabo por falar contigo, falando comigo. Tudo se passa dentro de mim. Não podes modificar a minha memória com a tua intervenção. Só eu posso alterá-la. Ao rememorar-te, as lembranças de ti só podem melhorar. E, ao melhorarem as tuas lembranças, melhora eu também com o prazer de te recordar. (p. 58)

E depois:

Por favor, amor, não me respondas nunca mais. Deixa-me só com a recordação de ti na minha saudade. Sabes que até a depressão vai desaparecendo? É o projecto da quinta que me obriga constantemente a recordar-te. Eu assim o quis! (p. 59)

Mas, considerando o romance no seu todo e reconhecendo embora a relevância de todas estas valências de que acabámos de falar, acabamos por nos decidir a classificar o romance como um romance passionnal. Um pungente romance de amor. Arnaldo, à beira da velhice, condição a que se juntam, perto do fim, ameaças graves à sua saúde, deprimido, fustigado pela memória, apela em todas as ocasiões, ainda que muitas vezes não explicitamente, à reconciliação com Irene, que vive na América em companhia de uma filha e genro. Ele não sabe o que levou Irene a deixá-lo, faz conjecturas sobre os motivos, assume culpas próprias, mas só no *e-mail* de Irene, já muito próximo do final, saberá a verdadeira razão. Nessa altura, Irene confessa a sua própria falta e disponibiliza-se a vir acompanhar o resto dos dias de Arnaldo, se este a aceitar de volta.

Escreve ela:

É monstruoso o que te vou dizer. Porém, resolvi ir bem ao fundo da minha humanidade e da minha verdade. É para mim insuportável imaginar que a tua doença possa evoluir mal, como a do Adérito, e eu não estar ao pé de ti. Mas sou optimista. Quero ir lutar ao teu lado. Para venceres. (p. 173)

Responde ele:

Volta quando quiseres. Da minha parte, não há nenhum rancor. Só lamento o tempo que perdemos, os equívocos que criámos. Sei que te amo e que te quero junto de mim. Não é a dependência de quem sabe que pode estar condenado que exige a tua presença. É a memória de toda a minha vida contigo. É dar sentido à minha existência. São saudades tuas. (p. 180)

Para dar esta resposta, Arnaldo tem que renunciar a uma ligação mais ou menos superficial que entretanto estabelecera com uma empresária do Douro. Mas fã-lo sem hesitar: *Volta quando quiseres*.

O romance termina com este *e-mail*. Presume-se que Irene tenha voltado e refeito a sua relação com Arnaldo, mas isso já o livro não diz. Fechou-se, da melhor maneira, uma história de encontros e desencontros de onde o amor nunca esteve ausente, mas apenas, da parte de Irene, episodicamente eclipsado. Um *happy end*, portanto, apenas relativizado pela gravidade da doença que entretanto atingiu Arnaldo e cujo desfecho não chegamos a conhecer.

Resta dizer duas palavras sobre o título: *A agave só floresce uma vez*. Tem ressonâncias dramáticas, este título: evoca de maneira brutal a transitoriedade, a exaustão e a finitude. Ecoa nele um verso aziago de Sá de Miranda:

E tudo o mais renova: isto é sem cura.

A agave americana, como saberão, é uma planta espinhosa, originária do México, associada aos climas secos e aos solos pobres. O Autor informa-nos miudamente sobre ela, detendo-se no pormenor surpreendente de que a sua única floração ocorre normalmente ao fim de dez anos. E mais: após a floração, morre. É evidente que uma planta com tais características se presta a servir de metáfora para muitas situações.

É o que acontece neste livro. A agave não está ali inocentemente. Não faz falta ao desenvolvimento da história *exterior*. Desse ponto de vista é irrelevante que prospere e floresça ou defina. Mas não assim para a história *interior*. Recordemos: Arnaldo e Irene, em plena lua-de-mel, tinham visto e admirado algures a agave. Posteriormente, já em plena separação, Arnaldo volta a ver a agave no Algarve, e uma companheira de viagem, Graça Murta, entendida em botânica, põe-no ao corrente da tal característica singular, de seu nome técnico ‘monocarpismo’, que depois Arnaldo confirma nas enciclopédias. Arnaldo, uma mente com algumas tendências auto-destrutivas, extrapola: a agave — que depois de florir morre — é uma prova de como só há motivos para viver enquanto se é útil. Cumprido esse destino de utilidade, a vida perde sentido. É dele esta reflexão:

Faz algum sentido viver quando já não nos sentimos úteis? A reforma teria sido uma invenção da humanidade que, a um nível racional, se compreende, mas que contém a mensagem de que, após a reforma, somos inúteis e exploradores do trabalho dos mais novos. (p. 33)

E já então a planta admirável funciona como um sinal funesto:

Sinto que a história da agave americana vai obrigar-me a repensar a minha vida. (p. 34)

Como de facto. Para continuar a sentir-se útil, concebe o projecto da quinta no Douro. Em homenagem aos tempos felizes, Arnaldo planta quatro agaves na Quinta Vitoreira. E um dia apercebe-se de súbito de que uma delas vai florir prematuramente, isto é, antes do tempo em que se esperaria que isso acontecesse. Florir e em seguida morrer. E isso leva-o a escrever:

E, apesar do meu feroz racionalismo, fui possuído por um terrível pressentimento.

Como já tinha tido pensamentos mágicos no Algarve quando as redescobri e a Graça Murta me sensibilizou para os mistérios da agave. Pressentia então que o meu tempo teria acabado. Valeu-me uma motivação forte: o projecto da quinta ter-me-á salvo.

Agora, a florescência da agave será o sinal de que terminei um novo, ou o último ciclo, da minha vida? (p. 167)

Eis pois a agave elevada à condição de símbolo, de sinal, de presságio. É isso que justifica a sua presença num dos lugares mais nobres de qualquer livro, que é o título.

É este, em linhas gerais, o primeiro romance de Eurico Figueiredo. Resta acrescentar que é escrito sem a mínima concessão à literatice, num estilo sóbrio, elegante, directo, correcto e eficaz. Lê-se em duas horas. E essas duas horas podem ser, se o lermos bem, as mais proveitosas do nosso dia.

Camilo Castelo Branco por terras de Barroso e outros lugares, de Bento da Cruz¹

A. M. Pires Cabral

O livro *Camilo Castelo Branco por terras de Barroso e outros lugares* comemora os 50 anos de vida literária de Bento da Cruz. De algum modo, isso é verdade. Realmente foi em 1963 que apareceu o seu primeiro romance, *Planalto em Chamas*, que me recordo de ter comprado em Coimbra — frequentava eu a Universidade — e lido com avidez. Mas a verdade manda Deus que se diga; e a verdade verdadeira é que, quatro anos antes de *Planalto em chamas*, tinha saído, sob pseudónimo, um livrinho de poesia, que Bento da Cruz resolveu aspar da sua bibliografia — e não serei eu quem revele o título da criatura... Basta deixar dito que Bento da Cruz, como todo o escritor lusitano que se preze (todos sabemos que Portugal é um país de poetas — e de poetas precoces), começou a sua jornada das letras pela poesia, e só quatro anos mais tarde, fechada a torneira dos versos, encetou a sua a todos os títulos notável carreira de ficcionista, cronista e ensaísta.

De *Planalto em chamas* para cá, surgiram mais dezoito títulos: onze de ficção, dois de crónicas e cinco de ensaio (histórico, biográfico, etnográfico, sobretudo).

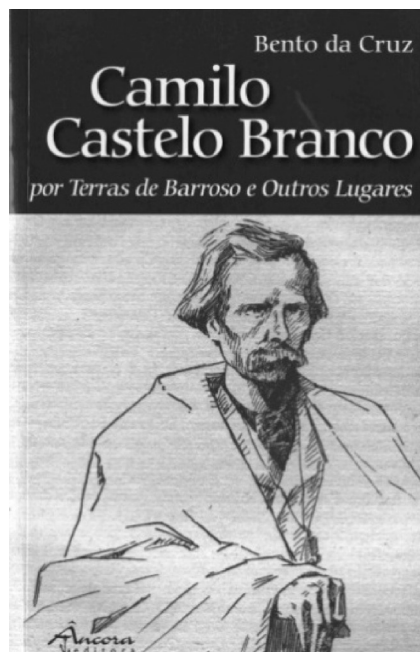
Em matéria de obras de ficção (romance, novela, conto — no fundo a vocação maior de Bento da Cruz), no panorama literário trasmontano, só Camilo Castelo Branco (que, nascido em Lisboa, é trasmontano «pelo sangue, pelo temperamento e até pela educação», como disse Manuel Laranjeira, e por isso gostamos de considerá-lo um dos nossos), só Camilo Castelo Branco, dizia, Guedes de Amorim, Domingos Monteiro, João de Araújo Correia e António Modesto Navarro poderão responder com uma obra ficcional assim volumosa.

¹ Texto de apresentação do livro, em Montalegre, em 9 de Junho de 2012.

Bento da Cruz dá-nos pois a saborear, agora, o seu 19.º livro (20.º, se contarmos o da estreia poética). Mas tudo isto são números — dados quantitativos, que têm a importância que têm. Pode-se escrever imenso e ‘não dar duas para a caixa’, como diz o nosso povo. Dá-se porém o caso de que a qualidade da escrita de Bento da Cruz corre parilhas com a quantidade. Aliás, os prémios alcançados, de expressão nacional e galega, confirmam isso mesmo. Bento da Cruz é um escritor de primeira água, um poderoso criador de histórias, personagens, ambientes e situações. A esse respeito, escreve Fátima Maldonado: «A capacidade ficcional de Bento da Cruz é assombrosa, lembra às vezes a de García Márquez.» Apetece dizer: lembra a do próprio Camilo. Lembremos que Camilo dizia que não tinha imaginação, mas apenas memória — modo de dizer que não efabulava, mas apenas recordava lances testemunhados ao longo da sua vida aventureira. De Bento da Cruz se pode dizer outro tanto: há na sua escrita uma tal verdade e autenticidade que só pode ser fruto da sua experiência de vida nas serranias natais de Barroso. Até aos 15 anos, participou na labuta agrária da família, foi à lenha, jogou a rebindaima, guardou vacas, entusiasmou-se quando o boi de Peireses ‘podeu’ nas chegas, conheceu contrabandistas e outros figurões, padres devassos, gente da fãrria, mendigos que dormiam noites de Inverno na quentura do forno do povo. De tudo isso se fez o lastro da sua ficção. Esta mesma experiência de vida é o motivo recorrente das suas crónicas breves tão amenas.

Impressiona igualmente o seu ágil manejo da língua portuguesa, quer no registo clássico, quer no registo regional, no que toca a sintaxe como no que toca a léxico. E também aqui o paralelo com Camilo é tentador.

Este livro é, sobretudo, um acto de amor. Melhor: um acto de paixão. E paixão dupla: paixão por Camilo e paixão pelo Barroso. E ambas paixões confessas. Senão veja-se. A paixão por Camilo: «Antes de mais, devo esclarecer que não me considero nenhum *camilianista*. Sou, quando muito, um apaixonado por Camilo. Esta minha paixão vem de longe. Teria eu uns quatro ou cinco anos [...]» (p. 7) A paixão por Barroso também está explícita: «Uma outra das minhas paixões é o Barroso.» (p. 8)



Este livro é pois o produto de uma espécie de confronto de duas paixões, a ver qual delas sobrepuja a outra.

Olhando mais de perto: que livro é este? De que maneira se organiza?

Tem três partes distintas, embora unidas por um fio comum: a figura de Camilo.

1. Uma recolha minuciosa de referências a Barroso e aos barrosões na obra de Camilo

2. Uma síntese biográfica de Camilo

3. Uma antologia de trechos de Camilo

Alinharemos brevemente algumas palavras sobre as três partes, demorando-nos um pouquinho mais na síntese biográfica de Camilo.

1. Pesquisa de referências

É aqui que as duas paixões de Bento da Cruz se encontram frente a frente.

Camilo viveu cerca de dois anos em Friúme, sendo pois crível que algumas vezes tenha subido até Barroso, quer para frequentar romarias (o S. Bartolomeu de Cavez, por exemplo, sobre o qual escreve com óbvio conhecimento de causa), quer para ir pescar as trutas do Beça («as maiores trutas dos córregos riquíssimos de Portugal» — diz ele; bons tempos, digo eu), quer por quaisquer outras razões. Era então muito jovem e de feitio irrequieto e aventureiro. O Barroso seria então para ele uma porta de evasão da monotonia de Friúme e da Granja Velha. Nas romarias, bateria o seu passo de chula e catrapiscaria as moças. No demais, seria a sua curiosidade insaciável que o arrastava.

Como em Camilo todo o vivido se transforma em enunciado literário, é natural que dessas incursões tenham ficado numerosas referências nos seus livros.

Referências essas que podem ser hiperbolicamente laudatórias, como é o caso da descrição da célebre porta de Bragadas: «Era o lavor mais primoroso que os meus olhos já viram.»

Mas também podem ser enjoadamente depreciativas, como é o caso da célebre ceia no Barroso: «Seguiu-nos para a mesa uma grandíssima gamela de batatas com a tona, e, ao lado das batatas, uma escudela de sal. Mais de cinquenta dedos, incrustados de lama empedrada, convergiram sobre a gamela. Enxerguei esta cousa suja e ignominiosa à luz de dous paus de urze, que ardiam espetados na parede. Fiquei atônito, quando vi aquela gente rolar as batatas na escudela do sal, e comê-las assim!»

E podem ser mesmo chocarreas, nomeadamente as alusões às mulheres, quase sempre descritas como grosseiras, crassas, desgraciosas, de carnações mais que robustas, às vezes comparáveis às próprias vacas barrosãs: «[...] Com pujança de seios de vaca barrosã».

Bento da Cruz, que conhece página a página a obra colossal de Camilo,

esquadrinhou-a de cabo a rabo, do que resultou uma quantidade enorme de apontamentos em que são referidas terra e gente de Barroso. Mesmo sendo muitos desses apontamentos pouco lisonjeiros, a sua simples recolha é uma homenagem de Bento da Cruz à sua região natal, uma das suas paixões confessas.

2. Síntese da biografia camiliana

Camilo deve ter sido o escritor português que mais tinta gastou, mas também aquele que mais tinta fez correr. Contam-se por centenas os espécimes bibliográficos (originais, traduções, cartas, prefácios e dispersos) a que deixou ligado o seu nome; mas é talvez por milhares que se contam os livros, opúsculos, estudos, artigos de imprensa e outros espécimes que lhe são dedicados.

Quem quiser contar a vida de Camilo tem de estar de sobreaviso quanto às informações que o próprio fornece. Com efeito, Camilo fala abundantemente de si e das circunstâncias, quase sempre dramáticas ou dolorosas, da sua vida. Mas são muitas as inexactidões que comete — algumas certamente involuntárias, nada mais que simples distrações ou lapsos de memória; outras porventura menos inocentes.

Entre as obras de carácter biográfico sobre Camilo, algumas merecem menção especial, seja pela sua qualidade interpretativa, seja pela sua abrangência. Eis algumas:

- Alberto Pimentel, *O romance do romancista*
- José Cardoso Vieira de Castro, *Camilo Castelo Branco (Notícia da sua vida e obra)*
- Senna Freitas, *Perfil de Camilo*
- Teixeira de Pascoais, *O penitente*
- António Cabral, *Camilo de perfil*
- Ludovico de Meneses, *Camilo Castelo Branco – Documentos e factos novos*
- Gentil Marques, *Camilo – O romance da sua vida e da sua obra*
- Sousa Costa, *Camilo – No drama da sua vida*
- Aquilino Ribeiro, *O romance de Camilo*
- Alexandre Cabral, *Camilo Castelo Branco – Roteiro dramático dum profissional das letras*
- Bento da Cruz – *Camilo Castelo Branco em terras de Barroso e outros lugares*

Convém, entre elas, distinguir dois tipos:

Há as obras dos ‘incondicionais’ (ou ‘envolvidos’, ou seja, pessoas que privaram com Camilo ou simplesmente o conheceram, ou ainda que desenvolveram com ele uma relação anímica admirador/admirado, o que de alguma forma compromete a sua objectividade). Algumas destas biografias repercutem acriticamente as próprias

inexactidões perpetradas por Camilo. Nessas, tudo são elogios e oxalás ao grande mestre, que no retrato sai venerado, quase cultuado. É exemplo acabado *O romance do romancista*, de Alberto Pimentel.

Mas Alberto Pimentel fez escola. Diz graciosa mas sarcasticamente Aquilino Ribeiro a esse respeito, numa carta a Sousa Costa a que tivemos acesso e que julgamos se mantém inédita: «[...] Nada do que se escreveu dele [dele, Camilo] está certo. A nossa literatura biográfica parece-me um coro de onagros numa pastagem de pôr-do-sol. Um orneou, os outros não sabem encontrar outra ária.» Camilo não diria melhor...

Por outro lado, há as dos ‘distanciados’ — estudiosos que em Camilo conseguem distinguir entre os aleijões do homem e as excelências do escritor. Destas é exemplo acabado *O romance de Camilo*, de Aquilino Ribeiro. Aquilino, sem prejuízo da sua admiração por Camilo-escritor (de quem, na referida carta, se considera «fervoroso e rendido discípulo»), não poupa as pequenas e grandes imposturas de Camilo-homem quando este efabula sobre a sua própria biografia. Às vezes, de tão distanciado, Aquilino chega a parecer verrinoso nas suas apreciações e ilações. Tanto, que Sousa Costa, outro grande escritor trasmontano, hoje quase esquecido, se sentiu na necessidade de ‘desafrontar’ a memória de Camilo, contrapondo a sua própria visão dos factos, no já citado *Camilo – No drama da sua vida*. A carta de Aquilino a que nos referimos acima é justamente uma resposta-contestação a este trabalho de Sousa Costa.

Pergunta-se: nestas águas separadas da biografia camiliana, que lugar ocupa a de Bento da Cruz? Sem dúvida que, não obstante a paixão que vimos confessada por Camilo, Bento da Cruz está muito mais próximo de Aquilino Ribeiro do que de Alberto Pimentel ou Sousa Costa. Com uma diferença importante: trata com menos acrimónia, com mais indulgência do que Aquilino a figura do velho torturado de Ceide.

Enquanto Aquilino parece dizer: “Ah, patife, apanhei-te mais uma vez a mentir com quantos dentes tens na boca!”, Bento da Cruz parece dizer: “Camilo amigo, não estarás por aí a exagerar um bocadinho? Não fazes a coisa por menos?”

Perdoa-lhe as inexactidões e mesmo as ‘fraquezas’ (leia-se: as falcatruas deliberadas) em nome da enorme admiração que tem pela sua obra. Ele o diz com todas as letras: «Para mim, Camilo a escrever é uma sereia a cantar. Ouço, leio, como vo-me, choro e rio, e pouco me importa que ele esteja a dizer a verdade como a mentir.» (p. 52)

E esta é, parece-me, a atitude correcta.

Por isso é que este capítulo deste livro é importante como biografia de Camilo: porque (com bonomia que contrasta com as ásperas diatribes de Aquilino) consegue manter um saudável equilíbrio entre a denúncia dos erros de Camilo e uma certa condescendência que a arte suprema do romancista requer e justifica.

3. Antologia de trechos camilianos

Leitor apaixonado do romancista, Bento da Cruz não quer terminar este seu livro sem nos oferecer um ramalhete de lugares selectos da obra de Camilo, alguns dos quais têm Barroso (sempre o Barroso!) por cenário.

Também aqui se vê o dedo de gigante do antologizador. Os textos que ele selecciona são alguns dos mais perfeitos momentos de escrita em português em todos os tempos, e servem à maravilha para ilustrar o génio de Camilo. Lêem-se sempre com o mesmo espanto e o mesmo nó na garganta que nos causaram da primeira vez.

E isso prova que a obra de Camilo é perene como o bronze e que, no meio do estridente charivari de certa literatura biodegradável que por aí anda, é ainda em fontes destas que nos apetece matar a sede. E por isso devemos agradecer a Bento da Cruz o ter-no-lo recordado com este livro.

A terminar, gostaria de insistir naquilo que não sei se resultou suficientemente demonstrado nestas minhas considerações: que Bento da Cruz é um grande e pertinente vulto das letras, não só trasmontanas, como nacionais, que pede meças a qualquer outro, incluindo os que têm por trás deles máquinas editoriais poderosas a promovê-los, às vezes muito para além dos seus reais méritos.

E gostaria de deixar isso bem claro em Montalegre, capital do mundo rural a que Bento da Cruz pertence, mundo em que se fez gente, mundo que lhe deu a sina de escritor, mundo que é afinal uma das grandes paixões confessas da sua vida e que ele celebra como ninguém nos seus livros.

A actividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII

Armando Palavras

1 – Organização administrativa local

O lugar de Santa Marta, apodado como a “vila de Penaguião”¹ em alguma documentação anterior à sua efectivação (Cf., por exemplo, documentos 1, 2 e 3)², recebeu definitivamente, em 1775, alvará de vila (4). Este epíteto cujas raízes se situavam na designação consagrada pelo uso popular e, portanto, pela tradição oriunda de épocas recuadas, terá seguido a linha de pensamento defendida por John H. Arnold, quando refere, sem contudo indicar uma desonestidade explícita, a alteração “fraudulenta” de certos forais, manipulada pelos monges medievais, estabelecendo os direitos e propriedades dos Mosteiros, uma vez que as regalias que haviam sido concedidas e aceites por direito natural careciam posteriormente de “prova” documental³.

O concelho de Penaguião era, na época em estudo, senhorio da casa de Abrantes, possuidor de várias mercês (5). Contudo, os poderes formalmente concedidos a esta casa, bem como a todas as outras, com excepção da de Bragança, limitavam-se à jurisdição intermédia, ou seja, o donatário não podia julgar em primeira instância ou decidir em última⁴. Esta competência à correição real.

¹ A maioria das vezes também com o epíteto de “concelho de Penaguião”.

² A partir de agora a documentação apenas será numerada.

³ *A História*, tradução de Ana Tanque e Armandina Macedo, Edições Quasi, 1ª Ed., Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 69.

⁴ HESPANHA, António Manuel, *História das instituições, épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, 1982 p. 300.

No caso de Penaguião, os rendimentos das paróquias pertenciam a vários senhores. O Conde de Penaguião, também Marquês de Abrantes e de Fontes, tinha pouco padroado. Durante todo o século XVIII, possuiu apenas os padroados de São João de Lobrigos e Santo Adrião de Cever⁵. Porque o padroado da casa de Abrantes provinha do vínculo de morgado administrado e instituído pela Duquesa de Bragança, Dona Leonor. Assim, o padroado de Abrantes não provinha nem do título de conde nem do título de marquês. Neste caso, o Marquês de Abrantes não tinha direito ao padroado da casa por este pertencer à Casa de Bragança (8).

A sua organização administrativa era complexa e, ao longo do século, pouco mudou⁶. É, contudo, com ela que vai decorrer toda a actividade construtora⁷ do concelho e, podemos dizê-lo, de toda a região, pois toda a sociedade rural estava estruturada dessa forma, com uma ou outra diferença irrelevante.

2 – A actividade construtora – As Igrejas

É nos contratos consultados que se observa a actividade construtora neste concelho, durante toda a centúria de Setecentos, não só no que diz respeito aos templos religiosos, mas também em relação a obras públicas e particulares⁸.

Nesta resenha não tratamos da igreja da Cumieira⁹. Seria tema para escrito autónomo.

⁵ Sobre este último, pode-se comprová-lo por documento de posse, datado de 1789 (7). Esta escritura de posse do Padroado da igreja de Cever é interessante até pelos elementos de ritual de posse que nos fornece.

⁶ A tal propósito, cf. PALAVRAS, Armando, *Penaguião: Do Ano Mil a Setecentos*, Estudos Transmontanos e Durienses (11), Arquivo Distrital de Vila Real, 2004, pp. 281-309.

⁷ Igrejas, capelas e casas abastadas.

⁸ Este trabalho teve de ser redesenhado para esta publicação na *Tellus*; e foram suprimidos alguns elementos importantes (mas não necessariamente imprescindíveis) que podem ser consultados em: *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada*, tese doutoral defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusitana de Lisboa. Área científica: História da Arte. Orientada pelo Professor Doutor Luís Manuel Aguiar de Moraes Teixeira, com a co-orientação da Professora Doutora Isabel Mayer Godinho Mendonça (2011).

⁹ As primeiras notícias sobre as obras efectuadas na igreja, aparecem-nos no ano de 1776, em documento originário do Depósito Geral da cidade de Braga. Por provisão da rainha, Dona Maria I, datado de 29 de Novembro de 1780, dava-se conhecimento ao corregedor da comarca de Lamego, sobre a arrematação da obra da Cumieira, por Manuel dos Anjos, da cidade de Lamego, que entra em litígio com o rendeiro da Universidade. Surgem outros nomes ligados a consertos na igreja como João Dias Pires, do Salgueiral, e são apresentados os apontamentos sobre os consertos da capela-mor. Também é apresentado o risco para casa de residência da Igreja de Santa Eulália da Cumieira, assinado por André Ribeiro Pinto Gomes da Cunha e Francisco Oliveira, arrematantes, e o risco para a capela-mor e sacristia assinado por António José.

Cever

Em 1731, a 25 de Março, é feita escritura de arrendamento de obras para a igreja. O contrato é assinado na presença do abade Diogo Barbosa Machado. De um lado, o mestre imaginário Domingos Martins Fagundes, natural do lugar de Vilar, freguesia de Sampaio, concelho de Vieira, comarca de Guimarães; do outro, o juiz da igreja de Cever, Caetano Manuel de Miranda Furtado (9).

Entregues pelo juiz e pelo abade, “em nome da freguesia”, ao mestre Domingos Martins Fagundes, à altura assistente em Moura Morta, por entenderem ser ele o que melhor correspondia ao pretendido, as obras constavam de dois altares colaterais revestidos com meia cana e com o mesmo pé direito. Tudo em madeira de castanho, “muito liza e muito sam”, pelo preço de 770.000 reis, pagos em quatro prestações.

Já a 11 de Março de 1733 é feita escritura de obrigação de obra entre o mestre pedreiro Manuel Rodrigues¹⁰ do lugar de Pumarelhos, termo de Vila Real, e o abade Barbosa Machado¹¹ (10). Toda esta obra foi lançada pelo preço de 380.000 reis, pagos em três fracções.

Refeita a obra de cantaria e alvenaria e aumentada a capela-mor, é feita, a 15 de Dezembro de 1758, escritura de contrato para a tribuna e painéis da capela-mor, entre Francisco Fernandes, mestre entalhador do lugar de Outeiro de Sande, freguesia de Santa Maria de Landim, termo de Barcelos, ao então abade Manuel de Almeida Galafura e ao juiz da igreja Pedro Cabral de Chaves (11).

O mestre obrigava-se a fazer a obra, conforme a planta apresentada pelo reverendo frei Francisco do Espírito Santo, religioso da Ordem de Santo Agostinho da cidade do Porto, no convento de São João Novo.

Além desta obra, mestre Francisco Fernandes era obrigado a fazer dois santos. Pedia-se que fossem perfeitos e executados com “bomas roupas”¹². Toda a obra foi arrematada por 450.000 reis, pagando-lhe “os santos” à parte¹³.

Sendo os sinos um elemento imprescindível para o chamamento dos fieis, os moradores da freguesia de Cever, a 25 de Julho de 1777, fazem escritura de obrigação para pagarem a “finta que lhe for lançada” porque reconheciam ser de grande importância a construção de uma torre para a igreja, onde pudessem ser colocados os sinos (12). Já o documento datado de 1769 nos dava indicações da inexistência da torre, pois, referindo-se à igreja, concluía que esta tinha “campanario com sino”¹⁴.

¹⁰ O mesmo que em 1737 contrata as obras da cadeia de Penaguião.

¹¹ Como testemunha assina outro artesão: o alfaiate Manuel Teixeira, natural de Cever.

¹² É de alguma importância referir que este contrato menciona um dos artistas responsáveis pela imagética da região.

¹³ Eram pagos a mil e cinquenta reis por palmo. Preço que não incluía a peanha.

¹⁴ Relação de Sobre Tâmega, fl. 25-25v.

Confirma-se, por estes dois documentos, como eram simples estas igrejas, em termos arquitectónicos. Pelos dados estudados, muitas delas, talvez a sua maioria, nem torre possuíam.

A 13 de Julho de 1784 faz-se escritura de obrigação para a construção da torre da igreja (13).

Sabe-se que esta igreja com o terramoto de 1755 sofreu alguns estragos na parede e arco cruzeiro¹⁵. A cruz do frontispício também se inclinou para nascente, refere a fonte. Em 1757 ainda estava por reparar. Assim continuou até 1758. Por esta altura, como vimos, fizeram-se obras de talha e não de pedraria. Estas apenas se realizaram em 1785 como se demonstra em escritura de obrigação datada de 6 de Junho desse ano, entre Francisco Correia de Matos do lugar de Mateus, termo de Vila Real e o juiz da igreja, Luís José Pereira Pinto, do lugar de Concieiro, termo de Penaguião (14).

O mestre pedreiro arrematou assim, as obras de alvenaria e cantaria, tanto das paredes do templo como da sua torre, pelo preço de dois contos cento e noventa mil reis, pagos em férias aos sábados, aos carreteiros e de 15 em 15 dias aos pedreiros. Propunha-se então para a obra principiar a Março de 1786, começando por demolir a igreja. O mestre era obrigado a reunir todos os dias na obra e obrigava-se a entregá-la concluída ano e meio depois. Acabada a obra de pedraria – cantaria e alvenaria –, em 1795, a 25 de Março, lavra-se escritura de obrigação de carpintaria entre o juiz da igreja, António Cardoso Pereira, acompanhado dos restantes eleitos, e o mestre Manuel Cardoso Gonçalves, também ele da freguesia de Cever (15).

Estas obras de armação, tribuna, solho e coro, arrematadas por 385.000 reis, foram pagas em “três pagamentos”.

Peso da Régua

Em 1757 o Cura da Régua, apresentado pelo Arcediago da Régua, informava que a igreja se andava “fabricando”¹⁶, pois os seus altares não estavam acabados, logo, a sua construção não poderia ter iniciado em 1760, como alguns autores¹⁷ afirmaram, nem entre o período de 1750-1760, como veremos¹⁸.

Doze anos volvidos (1769) o visitador da *Relação de Sobre Tâmega*, informava que a “Igreja se anda de novo fazendo”, concluindo que a sua construção havia principiado há mais de 20 anos¹⁹.

¹⁵ CARDOSO, Luís, *Dicionário Geográfico*, Vol. 10-mem.283, fls., 1929-1935.

¹⁶ CARDOSO, Luís, *Ibidem*, Vol. 31, p. 278

¹⁷ Entre outros, CORREIA, Azevedo José de, *Inventário artístico de Portugal*, Nova Cesta, Algés, 1992, p. 181; SOARES, José A. de Oliveira, *História da Vila de Peso da Régua*, 2ª Edição, CMPR, 1979, p. 45.

¹⁸ *Inventário colectivo dos Registos Paroquiais*, IANTT, p. 527.

¹⁹ *Relação de Sobre Tâmega*, fl. 29-29v.

Na verdade, esta igreja levou bastante tempo a ser concluída. As duas informações anteriores referem-se às várias obras a que foi sujeita, pois estas dependiam dos rendimentos das irmandades que no caso da Régua não eram elevados.

A 26 do mês de Outubro de 1735, na capela do Espírito Santo, foi elaborada uma primeira escritura entre os fregueses da igreja de São Faustino e o reverendo Arcediago da Régua, Joaquim de Sousa Lima Alcoforado, com a finalidade de construírem duas igrejas (16). A de São Faustino, já demolida, seria reedificada no Peso da Régua, no sítio do Poeiro²⁰, e uma outra para lá do ribeiro de Jugueiros, no sítio do Pedregal, ou noutro mais conveniente para a população, desde que se obtivesse licença do ordinário. A população obrigava-se a construir as duas igrejas (corpo e capelas-mores) em quatro anos.

Em 1736, no sítio do Poeiro, o juiz e os eleitos fizeram a medição da futura paroquial, tendo o cuidado de deixar “a estrada e capacidade para o adro”.

Assentes as razões dos fregueses da igreja de São Faustino – moradores da Régua e de “além Iugueiros” –, a 18 de Novembro de 1737, lavra-se escritura de “obra da factura da igreja desta villa do Pezo da Regoa” entre o juiz da igreja, Diogo Pereira Carneiro, acompanhado pelos “eleitos da obra da igreja nobreza e Povo” e o mestre pedreiro Francisco Torres da freguesia de São Martinho, couto de Moura de Rei, comarca de Guimarães (17). Obrigava-se então o mestre a fazer-lhes a igreja do Peso da Régua no sítio do Poeiro, a qual tinham medido o ano transacto, deixando capacidade para o adro e para a estrada. O lanço de 11 mil cruzados e 200 mil reis não assegurava a realização dos alicerces. Estes ficavam por obrigação dos moradores. Quanto à pedra, tanto de cantaria como de alvenaria, utilizariam a da capela do Espírito Santo, bem como metade daquela pertencente à igreja antiga. A restante seria utilizada para tapar o adro da igreja e o arco da capela-mor, na forma do que havia ficado assente na anterior escritura de composição, feita com os moradores de “além Iugueiros”.

Francisco Torres obrigava-se, juntamente com mestre pedreiro Domingos de Castro, da freguesia de Santa Maria Antiga da comarca de Monte Longo, com quem havia feito sociedade para esta obra, a conclui-la dentro de três anos. Os pagamentos eram feitos mensalmente para carreiros e oficiais.

Seis anos depois, a 20 de Junho de 1743, é lavrada escritura de contrato e obrigação com o mestre pedreiro Joseph Pereira Braga, das “obras da igreja nova do couto do Pezo da Regoa” (18). À obra anterior de Francisco Torres pretendiam agora os eleitos e o juiz fazer alguns “acrescentamentos”.

Quatro anos depois, a 7 de Março de 1747, é feita escritura de abonação pelo mestre bracarense, agora assistente na vila, para, dentro de um ano, concluir a obra que faltava na igreja nova, descrita em escritura lavrada pelo tabelião Jorge Joarez de

²⁰ Aqui designado “Poiro”.

Castro em 1741, cujos pagamentos também aí estavam estipulados, mas os quais se não especificam (19).

A 9 de Março desse ano de 1747 é feita escritura de fiança pelo mestre minhoto para a mesma obra, executada em parceria com mestre André Lopes e arrematada por 12 mil cruzados e 395 mil reis (20).

Executada a obra estrutural da igreja, em 1777 é contratado Vicente José de Carvalho, mestre pedreiro da vila de Guimarães (21). Comprometia-se com o juiz da igreja, Dom José Pinto Homem Castel Branco, em fazer o coro da igreja com pedra de cantaria.

Executadas as obras de pedraria da igreja, era então necessário passar à fase seguinte. Para as obras de carpintaria foi lavrada escritura de obrigação a 16 de Janeiro do ano de 1778, entre o juiz da igreja Dom José Pinto Homem de Castello Branco e António José da Cunha, natural da província do Minho, à altura assistente no lugar de Mateus, termo de Vila Real (22). Esta obra, porém, era especificamente para ser executada na capela-mor. Sendo arrematada pela quantia de 260.000 reis.

Finalmente, concluída a obra de carpintaria da capela-mor, o mestre António José da Cunha faz sociedade com o mestre entalhador António José Pereira da vila de Mesão Frio, a 10 de Maio de 1786, para a obra de talha da capela-mor. Contratava-se ainda para a obra de quatro altares colaterais e para as palas do coro (23). Esta escritura de obrigação é lavrada a dez de Maio desse ano pelo mestre de Mesão Frio²¹. A obra foi arrematada por um conto, cujos pagamentos seriam feitos em três prestações: 200.000 reis quando acabados os altares colaterais e as grades do coro; 400.000 reis principiada a tribuna e os restantes 400.000 reis quando concluída, após ser revista por mestres peritos “e inteligentes” da mesma oficina. O risco elaborado por José António da Cunha, foi pago como era prática e costume, não especificada.

Godim

Era concelho constituído por 21 lugares: Sederma, Sergude, Salgueiral, Covas Grandes, Carvalhos, Lodeixo, Covas Pequenas, Nogueiras, Aros, Caldeiras, Leira, Soalheira, Mêra, Quintã, Pereira, Pinheiro e Casal, Corte do Vale, Vale Seara, Ribeira, Vale de Laranjo e Rodo.

Judicialmente estava ligado a três juízes: ao de Penaguião, Moura Morta e Godim. A área relativa a Moura Morta era considerada couto²².

Em 1757, o padre-cura era apresentado pelo Arcediago da Régua.

A 29 de Junho de 1738 é feita escritura de obrigação entre o mestre pedreiro António Ferreira da Silva, morador no lugar de Santo Aleixo, freguesia de São Jorge

²¹ A escritura é ainda assinada pelo mestre entalhador Luís Lourenço de Mesão Frio.

²² CARDOSO, Luís, *Idem*, vol. 17, fl. 3041.

de Recião, termo da cidade de Lamego e o juiz e eleitos para as obras da igreja de “aquem de jugueiros nesta vila de guodim”, obrigando-se o mestre a concluí-la dentro de dois anos, pelo preço de “oito mil cruzados menos vinte e cinco mil reis”.

Um ano depois, a 26 de Junho de 1739, é lavrada escritura de obrigação para a obra de alvenaria com o mesmo mestre de cantaria lamecense, agora assistente em Godim, e os mestres alveneiros Manuel Alves Lagias e António Alves, ambos da freguesia de Sampaio de Riba de Mouro, termo da vila de Valadares, comarca de Valença do Minho (24).

A nove de Maio de 1743 é lavrada escritura de obrigação entre Domingos Teixeira do lugar do Vale, freguesia da Régua, os eleitos e o juiz da igreja, Damião José de Carvalho Ferreira, da quinta de Santa Maria de Godim, para tirar o entulho da “ igreja nova que se faz na villa de Godim” (25).

A 22 de Setembro de 1747 é lavrada “Escritura de obriga” (sic.) entre José Fernandes, morador no lugar das Covas, termo de Godim, os eleitos e juiz da igreja (26). Arrematada por 727.000 reis, o mestre obrigava-se a concluir em Dezembro desse ano, a obra principiada em 1738 e 1739.

Todavia, esta obra de cantaria e alvenaria só seria concluída em 1775, pois a 18 de Junho desse ano é lavrada escritura de obrigação de obra entre o juiz, eleitos e mais oficiais da irmandade do Santíssimo Sacramento da confraria de São José de Godim, e os mestres pedreiros Francisco Correia de Matos e Vicente José de Carvalho, este natural da freguesia de Santa Eulália de Formentão, termo da vila de Guimarães e aquele do lugar de Mateus, termo de Vila Real (27). O risco era assinado pelos mestres.

Medrões

Pela documentação apresentada a sua igreja é contemporânea das demais do concelho. Todavia, teria em finais de Seiscentos e começos de Setecentos, a capela de São Pedro exercido as funções de igreja da freguesia? O padre Carvalho da Costa, em 1706, refere-se à igreja de São Pedro de Medrões e não à igreja de São Salvador de Medrões. Também uma acta do termo de eleição da irmandade datada de um de Agosto de 1704 se refere à igreja de São Pedro (28)²³.

Em 1757 era abadia da apresentação dos senhores de Murça. A *Relação de Sobre Tâmega* confirma a existência do templo em 1769. Informa-nos que “hé no corpo passageira”, mas tem uma capela-mor e uma sacristia decentes, bem como um campanário com sino.

Mas se este templo já existia, foi com certeza demolido para ser mais tarde reedificado, como se depreende pela documentação abaixo.

A 3 de Janeiro de 1787 é lavrada escritura de obra entre o mestre pedreiro Filipe

²³ Contudo, uma outra acta datada de Julho do mesmo ano referencia-a como uma capela (32).

António da Cal do lugar de Laurentim e o juiz da igreja, José Guedes e mais oficiais eleitos²⁴ (29).

A 16 de Janeiro de 1791 é contratado mestre José Luís do concelho de Coura para fazer a obra de pedraria da igreja pelo preço de dois contos e 500 mil reis (30). A certeza de que esta obra seria concluída dentro do prazo leva os eleitos a contratarem, um mês depois²⁵, o mestre carpinteiro Manuel António Inácio de Cazares, do Peso da Régua, para fazer a obra de carpintaria da mesma igreja que querem, de novo, edificar (31).

A 18 de Fevereiro de 1799 é então lavrada escritura com o entalhador e “Emxamlador” Francisco António Pereira do lugar de Sobre a Fonte da freguesia de Sedielos. Obrigava-se o mestre a fazer dois altares colaterais e tribuna, “athe o fim de Setembro”, pelo preço de 124 mil reis²⁶, em “madeira de castanho”.

A sua pintura insere-se numa tradição de tectos pintados que se prolongou pelos séculos XIX e XX. Neste caso concreto, a sua pintura foi elaborada no século XX²⁷.

A conclusão retirada desta documentação, é que a igreja de São Salvador de Medrões, embora contemporânea das suas congéneres, só tardiamente foi construída.

Fontes

A 16 de Maio de 1745, mestre pedreiro de cantaria Damião Barbosa e outros, obriga-se perante o juiz da igreja, o reverendo João Pinto, a fazer a obra desta igreja (33). Com Damião Barbosa, natural de São Miguel de Fontoura, termo de Valença do Minho, trabalharam em parceria os mestres canteiros Eleutério Rodrigues, conterrâneo daquele, e António de Magalhães do lugar de Pardelhos, freguesia de Santa Eulália de Fafe, termo de Monte Longo. A eles estavam associados outros dois mestres canteiros naturais de Fontes – Domingos Francisco do Bairro do Vale e António da Silva, ambos solteiros – e o mestre “alvineiro” António Barbosa, da freguesia de São Paio, termo da vila de Viana. Todos “assistentes nestas terras”. Procurava-se fazer “o aumento e consertos” assentes nos capítulos de anterior visitação. Porém, a conselho do reverendo João Pinto, os fregueses puseram a obra “a lanços” para a igreja ser demolida e “fazer-se de novo”, porque as paredes estavam muito velhas. Arrematada por 212 mil reis a obra de cantaria e 200 mil reis a de alvenaria, seria entregue e concluída pelo “dia de Sam Joam”, daí a um ano, cuja quantia seria recebida em quatro fracções, paga com os rendimentos das confrarias da igreja.

Passados cinco anos, a 29 de Dezembro de 1750, é lavrada escritura de obrigação entre os mestres pedreiros António Fernandes do lugar de Mateus, termo de Vila Real, e Agostinho Rodrigues do lugar de Valença do Minho, freguesia de São Miguel de

²⁴ Euzébio Henrique, Manuel Pereira Pinto, António Rente de Souza e Manuel José de Carvalho.

²⁵ 16 de Fevereiro.

²⁶ Cada altar por 62 mil reis.

²⁷ O mesmo sucedendo com a igreja de Guiães.

Fontoura, e o juiz da igreja (34). Esta escritura pressupõe que a obra anterior não tinha sido concluída. A forma como se lhes pagaram os 780 mil reis, preço pelo qual foi arrematada “em prasa publica”, sugere esta conclusão. Os pagamentos foram faseados, conforme os mestres concluíam, ou não, determinada fase.

Com grandes probabilidades, foram estes dois mestres, pelo menos, os construtores do corpo da igreja, como se verá em contrato de 1753, pois mais tarde se lavrará escritura para a torre, como veremos. Esta conclusão prende-se ainda com o facto de, dois anos passados, a 19 de Julho de 1752, se ter lavrado escritura de arrematação para as “obras de madeira”, feita três dias antes, a 16 desse mês. Entre o juiz da igreja, os “juizes eleitos”²⁸ para as obras” e os mestres carpinteiros Francisco da Silva e João Baptista²⁹. Este assistente no couto do Peso e aquele na vila de Fontes (35). Arrematada “em o Adro da dita Igreja” pelo preço de 480 mil reis, comprometiam-se os mestres conclui-la em seis meses.

Contudo, a 14 de Fevereiro de 1753 é feita nova escritura para a obra de cantaria e alvenaria para “o corpo da igreja como a torre” (36). É contratado o mesmo mestre António Fernandes do lugar de Mateus, termo de Vila Real, a quem os eleitos haviam contratado em 1750. Desta vez em parceria com mestre Constantino de Castro do lugar de Sepains da comarca de Guimarães. Porém, o lance de 373.240 reis era inferior ao daquele ano, 780 mil reis. Porque o lance, passados três anos, era inferior e porque estavam concluídas as obras de carpintaria, conclui-se que a actual obra seria um complemento da outra, deixada por concluir.

A 21 de Junho de 1789, é lavrada escritura para a obra da torre da igreja (37)³⁰. Esta escritura é lavrada entre João Dias, pedreiro do lugar de Fornelos, termo da vila de Santa Marta, e o juiz e moradores de Fontes. A obra é arrematada por 991 mil reis.

A pintura do tecto foi executada em 1775 como consta do cronograma exposto na sua capela-mor. Mas sobre os artistas intervenientes nada sabemos.

São Miguel de Lobrigos (Sede do Concelho)

A ostentação do cronograma de 1720 sobre a porta principal, por si só, poderia indicar o ano da conclusão das obras de alvenaria e cantaria. Assim parece, pois no livro da confraria do Senhor encontramos referência ao seu processo de construção (38). Ou, pelo menos, o início de uma campanha ou empreitada.

²⁸ O juiz da igreja era à altura, Manuel Rebelo e os juizes eleitos especificamente para as obras eram: João de Mesquita, Manuel Cardoso de Matos, Manuel Pinto e Frei António Paulo Mendes, reverendo da dita igreja.

²⁹ Adiante aparece com o apelido “Matos”. Seria, portanto, família (irmão?) de Francisco Correia de Matos, mestre pedreiro que interveio na obra da igreja de Godim em 1775.

³⁰ Inicia-se em 1750, é intervencionada na parte construída em 1753 e só passados 36 anos se conclui.

A finta para as obras da igreja foi lavrada a 28 de Outubro de 1719 nas casas da residência da igreja, na presença do reverendo Abade João de Magalhães e Faria, o cura da igreja, Manuel Mesquita, o juiz da igreja e eleitos.

O abade João de Magalhães e Faria ofereceu seis moedas de ouro, cujo total correspondia a 28.000 reis. A ele se seguiram o juiz e os quatro eleitos:

Alexandre de Mansilha Pinto (juiz)	—	cinco moedas de ouro (24.000 reis).
António Guedes Alcoforado	—	cinco moedas de ouro (24.000 reis).
Pedro Taveira de Cerveira	—	três moedas de ouro (14.000 reis).
Rodrigo Correia Pinheiro	—	três moedas de ouro (14.000 reis).
Francisco Pereira Pinto	—	cinco moedas de ouro (24.000 reis).

Pelos cinco, haviam juntado 129.600 reis.

Com quantias menores, participaram também, os irmãos da confraria de cinco lugares: Lamas, Santa Comba, Santa Marta, Laurentim e São Miguel.

São Miguel	—	21 irmãos ³¹
Lamas	—	6 irmãos ³²
Santa Comba	—	18 irmãos ³³
Santa Marta	—	19 irmãos
Laurentim	—	17 irmãos

No total, ignorando os desconhecidos referidos em nota, quotizaram-se para estas obras, 81 irmãos.

Desta forma, a confraria havia juntado para as obras, os seguintes valores:

O reverendo abade em conjunto com o juiz e eleitos	129.000 reis
O lugar de São Miguel	99.980 reis
O lugar de Lamas	31.080 reis
O lugar de Santa Comba	106.280 reis ³⁴
O lugar de Santa Marta	141.360 reis
O lugar de Laurentim	48.660 reis
Total	556.360 reis³⁵

³¹ Não foram contabilizados os irmãos de Jozeph de Abreu, pois o seu número não é indicado no documento.

³² A estes se juntaram a filha de Francisca Guedes e o filho de Domingos Lourenço.

³³ Não foram contabilizados os filhos de Luís Isidoro Neves, pois não é indicado o seu número no documento.

³⁴ Em lugar próprio onde se fez a finta especifica deste lugar, é apresentada a quantia de 105.560 reis. Contudo, nos totais é apresentada a quantia de 106.280 reis, que é a correcta. O tesoureiro ter-se-ia enganado na soma.

³⁵ No documento, a quantia total apresentada é de 556.960 reis. Todavia, o total correcto é o que nós apresentamos. O tesoureiro enganou-se com toda a certeza.

O documento não nos transmite a informação sobre quem teria executado o risco, nem mesmo sobre os mestres de cantaria e alvenaria. Fornece-nos informação sobre os mestres ferreiros que concluíram as obras de ferraria e alguns outros concertos, após ser levantado o corpo da igreja. Nestas participaram Manuel Teixeira, mestre ferreiro de Lamas e Domingos Matos, mestre ferreiro de Vila Real, em 1720, e João Duarte e Manuel Ribeiro em 1721.

A Domingos de Matos foram pagos 6.680 reis pelas “grades da igreja”, 28.540 reis que restavam das linhas da mesma (que importaram num total de 119.740 reis) e 11.374 reis do ajuste (39). As linhas da igreja foram feitas em parceria com Manuel Teixeira, que recebeu 4800 reis pela execução das grades de duas frestas, 480 reis pela sua finta (39), 10.130 reis pelas “grades da fresta”, do óculo, ferros das pirâmides, cruzeiro e ferros do sino, e 14.400 reis (três moedas de ouro) que haviam ficado por pagar aquando do ajuste (40).

João Duarte e Manuel Ribeiro, levaram a cabo alguns concertos, aos quais se pagaram seis moedas de ouro. Três a cada um (40).

Voltamos a ter notícias do templo em 1769 pela *Relação de Sobre Tâmega*. Referia o visitador que tinha os retábulos por dourar, reparo feito em outras visitas anteriores. Acrescentava também que a capela-mor era escura.

Os únicos dois documentos que nos fornecem informação do estado do templo são a *Relação de Sobre Tâmega* e o livro da confraria do Santíssimo Sacramento de São Miguel de Lobrigos.

A finta para as obras deste templo é um documento de valor inestimável³⁶. É por ela que se recolhem os elementos estruturantes do funcionamento da colecta. Foi pois através desta colecta que se angariaram os primeiros fundos para a construção do templo. Nem todos os confrades contribuíam do mesmo modo, nem com a mesma quantia.

Além do mestre de Vila Real, os restantes artífices eram locais.

São João de Lobrigos

A 5 de Fevereiro de 1792 é lavrada escritura de obrigação pelos moradores da freguesia na presença do reverendo abade José Coelho Borges, “para a factura de hua nova Igreja” (41). Não deixando dúvidas sobre o destino da antiga. A sua demolição. Aliás é o que se depreende da consulta da *Relação de Sobre Tâmega*. Nesta relação diz-se que a igreja é limpa, tem três altares, uma sacristia, uma torre e dois sinos. Assim sendo, a igreja de 1769 foi demolida para se construir uma nova a partir de 1792.

O documento foi lavrado “nas Casas de Joze Joam de Figueiredo”, na presença do reverendo abade da freguesia, José João Pinto de Queirós, Figueiredo José Inácio

³⁶ Foi-nos cedida pelos senhores padres de Santa Marta de Penaguião, o que muito agradecemos.

de Sequeira Mendonça Furtado, Manuel Bernardo Guedes Pereira de Meneses, José Ferreira Pinto, José António Pinto de Gouveia e os restantes moradores da freguesia. Nele se descrevem as condições para “a fatura de hua Nova Igreja” proposta pelo reverendo abade José Coelho Borges, a três de Fevereiro desse ano.

Havia assim, grande necessidade de “edificar hum templo ou Igreja” para com “desençia” se pudessem celebrar os officios divinos.

O abade José Coelho Borges obrigava-se a compartilhar com metade da despesa para o corpo da igreja, fazendo a capela-mor inteiramente à sua custa. Os fregueses comprometiam-se com a outra metade das despesas, apenas para o corpo do templo. De resto, foi elaborado um mapa e um termo registado nos livros da igreja, que teria o mesmo valimento como se fosse inscrito na escritura, onde se incluíram as quantias correspondentes a cada um dos fregueses. Quotizaram-se anualmente, como era costume. Obrigavam-se, porém, a contribuir até à conclusão a obra. Propunha-se então que, anualmente, essa contribuição fosse concretizada “na ocaziam da venda dos vinhos”. Obrigava-se ainda o reverendo abade a satisfazer parte da contribuição dos fregueses pobres. Aqueles que não chegavam a recolher uma pipa de vinho. Como testemunhas assinaram Carlos Correia Pimentel e o Dr. Hipólito Alves Azevedo, ambos de Sanhoane, seguidos do tabelião Pinto de Gouveia.

A pintura do tecto

Quanto à pintura do corpo da igreja, fundamentando-nos no documento em análise, oferece grandes probabilidades de ser obra oitocentista. Contudo, convém notar os elementos descritos por Sousa Viterbo e Luís Xavier da Costa, lembrados por Fernando de Pamplona³⁷.

Em 1716 um certo Manuel Furtado encontrava-se na Índia. O vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, mandou-lhe executar um mapa da ilha de Goa e das adjacentes ilhas de Salsete e Bardez. Nele é designado como “mestre pintor”. Xavier da Costa em “As Belas Artes Plásticas em Portugal durante o século XVIII”, interroga-se sobre este “mestre pintor”, perguntando se poderá ser identificado com o pintor Furtado, natural de Barcelos, que vivia em 1734, segundo o testemunho do Padre Mestre Dom Frei Manuel Baptista de Castro na sua crónica manuscrita da Ordem dos Jerónimos.

Não possuindo documento escrito sobre o contrato da mesma, a assinatura de quem executou a obra está impressa no caixotão central (número 23): Manuel Furtado. Deste artista nada sabemos em concreto³⁸. Mas existem indícios documentais apresentados que se deve reportar a um artista local com alguma sensibilidade artística

³⁷ PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de pintores e Escultores Portugueses II*, Livraria Civilização, Barcelos, 2000, pp. 362 e 364.

³⁸ Do Furtado de São João de Lobjagos.

e cultural. A escritura lavrada em 25 de Março de 1731 para a igreja de Cever indica-nos que o juiz dessa igreja à altura era Caetano Manuel Mendonça Furtado. A escritura apresentada sobre a reedificação da igreja de São João de Lobrigos indica-nos como testemunha entre outros, Sequeira Mendonça Furtado. Depreende-se assim, que Manuel Furtado deveria ter pertencido a esta família. Uma família local culta.

A pintura da capela-mor não foi executada por Manuel Furtado. Pertence com toda a certeza, a um artista local (ou regional). As suas características “naif” são demasiado evidentes.

É bem notório que este templo foi iniciado já em finais do século XVIII, sendo seu grande promotor o abade da freguesia.

Moura Morta

Era constituída por quatro lugares: Nostim, Silvares, Moura Morta e Pulgueiros. Tinha juiz de couto, nomeado pelo rei, de cível e órfãos³⁹. Espiritualmente Nostim e Silvares estavam ligados à freguesia de Moura Morta; judicialmente ao concelho de Penaguião, pois estavam fora da correição de Moura Morta.

Ao longo de todo o século XVIII esta freguesia manteve-se como vigairaria da apresentação do comendador da comenda do mesmo nome que era da Ordem de Malta, à qual haviam sido concedidos os privilégios da povoação.

É costume fixar-se o ano de 1724 como o da edificação da igreja. No livro 15 da comenda de Moura Morta, truncado até à página 12, apenas se descreve o interior da igreja, no ano de 1742 (42). Diz-se no mesmo livro que o corpo da igreja tinha sido “apainellado de novo”, não mencionando, contudo, o nome de nenhum dos artífices. Porém, pelo exposto ao longo deste estudo, nada nos espanta se um desses mestres tivesse sido Domingos Martins Fagundes, o imaginário minhoto, autor da obra em 1731, na igreja de Cever. À altura, era “assistente em Moura Morta”.

Sedielos

Freguesia de jurisdição real, em 1757 estava sujeita aos concelhos de Fontes e Penaguião e ao couto de Moura Morta.

A 13 de Julho de 1755 lavrou-se escritura de “seguransa e obrigua” (sic.) da obra de pintura e douramento, solho, talha e armações para a igreja de Sedielos entre o pintor e dourador Bartolomeu de Mesquita Cardoso, da cidade de Lamego e o juiz da igreja, o padre Domingues de Almeida Borges (43). A obra foi feita em parceria com o entalhador Domingos Martins Pereira, do lugar de Fornelos.

A 17 de Janeiro de 1756 é lavrada escritura de obrigação para a obra de

³⁹ CARDOSO, Luís, *Idem*, vol. 25, fl. 1762.

carpintaria (44). Nela se incluía a obra do coro. Contudo, este contrato refere-se ao trespassse da obra arrematada anteriormente pelo mestre escultor de Vila Real, Francisco Xavier Correia, para a reforma do coro. E agora “pasara ao dito Manoel Teixeira de Carvalho” do lugar de Rabal da freguesia de Sedielos, a qual se obrigava a dar concluída em seis meses. A Relação de 1769 apresenta-nos uma igreja completa com “dois sinos”.

Fornelos

Era curato anual de apresentação do comendador de Fontes. Passou a vigairaria em 1740. O cura era pago pelos fregueses porque os paroquianos se desanexaram da Matriz de Fontes em 1660, sendo a sua cômgrua de 38.000 reis⁴⁰.

A 10 de Julho de 1756 lavra-se escritura de obrigação para a obra da igreja, entre o mestre Manuel de Fonseca Coutinho do lugar de vinhas, “Termo da villa de Penaguião”, e o juiz da igreja João Peres (45).

A 29 de Setembro de 1787 é, porém, feita escritura de obrigação entre o pedreiro Manuel Martins Pereira do lugar de Fornelos e o juiz da igreja Custódio Coutinho, para “fazer de novo a Capella Major da igreja”, arrematada “no Adro da mesma igreja” pelo preço de 590 mil reis, pagos em quatro prestações no período de dois anos (46).

Dois meses depois, a 25 de Novembro, é elaborada escritura de obrigação para a obra de alvenaria “da Capella mor e Sacrestia”, arrematada por Domingos Alves Nogueira⁴¹, pelo preço de “três mil e trezentos cada braça da mesma Alvenaria”, a concluir-se em dois anos, como era estipulado no contrato anterior, mas com a condição do mestre de cantaria, Manuel Martins Pereira, lhe “aprontar pronta e hobra da toda a pedra” para que a obra de alvenaria fosse bem feita (47).

Sanhoane

Dos seus mestres construtores temos notícias daqueles que construíram a sua torre e do que fabricou e colocou o seu relógio⁴². Em 1769 apenas tinha campanário com sino⁴³.

A 17 de Novembro de 1777 é lavrada escritura de obrigação da obra de pedraria da torre da igreja com os construtores – Jerónimo Correia de Matos, Matias Lourenço

⁴⁰ CARDOSO, Luís, *Idem*, vol. 16, p. 767.

⁴¹ O mesmo mestre que contratou fazer a obra da capela de Fiolhais.

⁴² A data de 1779 que a igreja ostenta na sua fachada principal deve indicar o início da campanha das obras de cantaria. A era de 1721 como indica a data firmada na padieira da porta interior da sacristia, apenas nos pode indicar que esta pedra pertencia a outra construção e foi aproveitada para esta.

⁴³ Por esta época designava-se, “Santo André de Medim”.

de Matos residentes em Vila Real e José de Sousa da Régua – e o juiz da igreja, José Caetano de Queirós (48). A obra foi arrematada pela quantia de “hum Conto e coatrosentos e noventa mil Reis.

A 1 de Dezembro de 1782 é lavrada escritura de contrato e obrigação (40) entre o mestre relojoeiro Manuel de Matos de Vila Real e o juiz da igreja, Dionísio Teixeira, para “fazer hum Relógio para a torre”, pelo preço de 100 mil reis, a concluir “por todo o mês de Maio” do ano de 1783. Na “factura desta”, o mestre recebia 48 mil reis e o resto “lhe será satisfeito asente que seja o dito Relógio”.

Fontelas

A antiga freguesia era de apresentação do Bispo do Porto. O *Dicionário Geográfico*, regista que se denominava, em documentos antigos, “Fontellas de Susães, honras de Penaguião”⁴⁴.

A partir do segundo quartel do séc. XVIII os abades da freguesia desenvolveram um litígio com os padres de Rilhafoles de Lisboa que haviam conseguido, ainda no reinado de D. João V, uma Bulla de Unção de *Motu Próprio* que lhes permitia usufruir de metade dos rendimentos das igrejas de Fontelas e de Cidadelhe, avaliados em 600.000 reis, cada uma⁴⁵.

*Desta freguesia, as únicas informações sobre obras na sua igreja, chegam-nos através de Alexandre Alves, em obras na torre, já tardias, como noutros casos*⁴⁶. *Mas são obras de concertos ou de reformas pois em 1769 a igreja já tinha torre com dois sinos.*

3 – A actividade construtora – As capelas

Embora as suas capelas, não possuam a riqueza interior (ressalvando algumas excepções) das suas igrejas, são relevantes no meio rural que as circundam⁴⁷.

Medrões

Capela da Senhora dos Remédios

A Senhora dos Remédios era centro de romagem local. A ela acorria bastante gente

⁴⁴ CARDOSO, Luís, *op.cit.* Vol 16, Mf-325 fols.687-697.

⁴⁵ CARDOSO, Luís, *op.cit.*, vol. 16, Mf-325, fl. 690.

⁴⁶ ALVES, Alexandre, Tomo I, p. 90 e p. 184; idem, tomo III, p. 224

⁴⁷ Em Fornelos, a 12 de Fevereiro de 1753 foi lavrada escritura de obrigação para “fabrica da Capella de noso Senhor dos afligidos”(49).

Em Sedielos, a três de Maio de 1781, foi lavrada escritura de obrigação para património da capela nova intitulada “Senhora de Agoadelupe”(50).

nos dias dos jubileus (tinha cinco jubileus). O primeiro a dois de Fevereiro, o segundo a 25 de Março, o terceiro a 15 de Agosto, o quarto a oito de Setembro e o quinto a oito de Dezembro) e aniversários (tinha dois aniversários). O primeiro no primeiro Sábado da Quaresma e o segundo a 13 de Novembro). A festa da Senhora dos Remédios, feita com muita solenidade era a cinco de Agosto, em dia da Senhora das Neves.

A 1 de Setembro de 1739 foi lavrada escritura de obrigação para obra da capela de “nosa Senhora do Romédio” (51). Feita entre os “mestres maginarios” João Baptista e Francisco Barbosa, moradores na vila de Fontes e João Pinto Sequeira morador na freguesia de Medrões.

Capela de São Pedro de Medrões

Para esta capela foi lavrada escritura de obrigação em 1748. Arrematada “da yrmadade da dita capella de sam pedro de medrois”, pelo mestre Garcia Fernandes da freguesia de Pena Longa, concelho de Benviver, esta obra era de talha (52).

Peso da Régua

Capela do Senhor do Cruzeiro

A capela do Senhor do Cruzeiro, também designada, neste documento, por Senhor da Agonia, cujo nome remete para a sua irmandade, era de jurisdição real.

A três de Setembro de 1744⁴⁸ foi lavrada procuração bastante, no lugar de Remossias⁴⁹, para as obras desta capela com o mestre Joseph Pereira Braga e outros mestres pedreiros, seus oficiais de Fafe: Bento Joseph, Manuel Ribeiro, André Fernandes, Manuel da Silva, Bento Martins, Bento de Melo, Manuel Crespo, Domingos de Castro, António Fernandes e António Pereira Braga (53)⁵⁰.

A 25 de Julho de 1778 é lavrada escritura de obra de carpintaria entre o mestre carpinteiro João José, natural do concelho de Unhão, freguesia de Santiago de Ranelo, à altura assistente na matriz de Godim, e o juiz da “Ermandade desta capela do Senhor do Cruzeiro”, António José Rodrigues (54).

Treze anos volvidos, era a capela, de novo intervencionada com obras de talha. A 11 de Dezembro de 1793 é feita escritura de “obra de arquiuetura da madeira entalhada nas frestas e portas” (55). Este contrato foi lavrado entre Agostinho José

⁴⁸ Bandeira de Toro informa que as suas obras teriam ficado concluídas em 1747 e que já em 1746 Benedito XIV havia expedido um breve para honrar a capela e que em 1751 Dom José dava confirmação régia aos estatutos da sua confraria (*O Concelho do Peso da Régua*, Imprensa do Douro, Régua, 1946. Cap. III, Vida Eclesiástica do Peso da Régua). Informa ainda que na cheia de 1734 as escadarias da capela teriam sido submergidas pelas águas do Douro.

⁴⁹ Como vimos acima, Luís Cardoso escreve Remosthias.

⁵⁰ Pertenciam à escola de Fafe.

Lopes Vaz de Carvalho, juiz da irmandade, e o mestre entalhador José Teixeira do lugar de Arrabalde, freguesia de Sedielos.

Fontelas

Capela do Senhor da Fraga

A 17 de Março de 1778 lavra-se escritura de obrigação de obra para a capela do Senhor da Fraga, na freguesia de Fontelas, entre o juiz Francisco Baptista Montes e o mestre pedreiro João Alveres, natural do lugar das Baratas da freguesia de São Paio, Melgaço, à altura assistente na freguesia de Fontelas (56).

Santa Marta

Capela de Santa Marta

A 17 de Setembro de 1792 é feita escritura de obrigação para a obra da tribuna desta capela, arrematada por Domingos Martins Pereira do lugar de Fornelos, pelo preço de 129.600 reis (57)⁵¹. A obra foi patrocinada por bem feitos como Dona Antónia do Pillar Pinto da Fonseca e o juiz da igreja de São Miguel, o Doutor Pedro Guedes Pinto dos Encambalados.

Louredo

Capela de Fiolhais

A 12 de Abril de 1798 é feita “Escritura de empreita” de obra para esta capela, entre Domingos Alves Nogueira, mestre pedreiro do lugar de Paradela do Monte, freguesia de Louredo, comarca de Vila Real e o padre Alexandre, cura da freguesia de Santa Maria de Oliveira, termo da vila de Mesão Frio (58)⁵². A concluir no prazo de um ano, foi arrematada pelo preço de 260 mil reis, pagos em três prestações, sendo a primeira de 12.800 reis.

Fontes manuscritas

(Com a colaboração da Dr^a Lina Oliveira)

1 – 1777, 25 Julho – Escritura de obrigação feita pelos moradores da freguesia de Sever para pagarem a finta que lhe for lançada para as obras que querem fazer na sua igreja (4^o ofício, Liv. 76.fls.24-26v).

2 – 1756, 10 Julho – Escritura de obrigação de obra de forro da igreja de São

⁵¹ Em 1790, este artista tinha arrematado a obra da capela da Timpeira.

⁵² Já em 1787 tinha arrematado a obra de Fornelos.

Sebastião de Fornelos feita por Manuel de Fonseca Coutinho do lugar de vinhas termo da villa de Penaguião (5º oficio, Liv. 53, fls. 7-8v.).

3 – 1757, 7 Abril – Procuração bastante feita por Constantino de Castro oficial de pedreiro de cantaria do lugar de Fornelos a José Soares da freguesia de Penichais Concelho de Monte Longo Comarca de Guimarães (3º oficio, Liv. 82, fls. 21v.-23).

4 – 1757, 7 Abril – Procuração bastante feita por Constantino de Castro oficial de pedreiro de cantaria do lugar de Fornelos a José Soares da freguesia de Penichais Concelho de Monte Longo Comarca de Guimarães (3º oficio, Liv. 82, fls. 21v.-23).

5 – A.N.T.T., *Casa de Abrantes* nº 129.

6 – *Arquivo Distrital de Braga – Registo Geral-Lv.65-fls. 481 a 512v.*

7 – *Arquivo Distrital de Vila Real, 5º oficio liv 83 fl 80v.*

Auto de poce do Padroado da Igreja de Santo Adriam de Sever que tumou o Illustrissimo Excelenti<ssi>mo Senhor Marques de Abrantes por seu Procurador Manoel de Meirelles e Souza.

8 – A.N.T.T., *Casa de Abrantes, n.º 115, liv. 19 L, 224.*

9 – 1731, 25 de Março – Escritura de arrendamento das obras da igreja de Sever (2º oficio, Liv. 22, fl.77).

10 – 1733, 11 de Março – Escritura de obrigação de obra que faz o Mestre pedreiro Manuel Rodrigues do lugar de Pumarelhos ao reverendo Abbade de Sever Dr. Barbosa Machado (2º oficio, Liv. 24, fl.131).

11 – 1758, 15 Dezembro – Escritura de contrato de obra de tribuna e paineis da capela mor da igreja de Santo Adrião de Sever feita por Francisco Fernandes mestre emsablador do lugar do Outeiro de Sande, freguesia de Santa Maria de Mondim, termo de Barcelos (5º oficio, Liv. 56, fls. 2-4).

12 – 1777, 25 Julho – Escritura de obrigação feita pelos moradores da freguesia de Sever para pagarem a finta que lhe for lançada para as obras que querem fazer na sua igreja (4º oficio, Liv. 76.fls.24-26v).

13 – 1784, 13 Julho – Escritura de obrigação para a obra da torre da igreja de Sever feita pelos moradores da mesma freguesia (3º Oficio, Liv.104 , fl. 87-89).

14 – 1785, 6 Junho – Escritura de obrigação de obra da igreja de Sever feita por Francisco Correia de Matos do lugar de Mateus, termo de Villa Real (5º Oficio, Liv.80, fl. 37).

15 – 1795, 25 Março – Escritura de obrigaçam que faz Manoel Cardozo Gonçalves da obra que...rematou da carpintaria desta igreja e da mesma freguesia na forma dos seos apontamen tos (3º Oficio, Liv 114., fl. 28).

16 – 1735, 26 de Outubro – Escritura que faz o reverendo arcediago da Régua aos fregeses da mesma freguesia (3º oficio, Liv. 54, fls. 96 a 98v).

17 – 1737, 18 de Novembro – Escritura da obra da igreja da vila do Peso da Régua (3º oficio, Liv. 55, fls. 32-32v).

18 – 1743, 20 Junho – Escritura de contrato e obrigação feita pelo mestre pedreiro Joseph Pereira Braga para a obra de pedraria da igreja nova do Peso da Régua (3º *oficio*, Liv. 61).

19 – 1747, 7 Março – Escritura de abonação que faz Joseph Pereira Braga Mestre Pedreiro para a obra que falta na igreja nova da Régua (3º *oficio*, Liv. 61, fls. 16-19v).

20 – 1747, 9 Março – Escritura de fiança que faz Jozé Pereira Braga, mestre pedreiro, para a obra que falta na igreja nova da vila da Régua (3º *oficio*, Liv. 61, fls. 16v-17v).

21 – 1777, 3 Julho – Escritura que faz Vicente José de Carvalho, mestre pedreiro da villa de Guimarães para a obra de pedraria da igreja do Peso da Régua (1º *Oficio*, Liv. 81, fls. 35v-38).

22 – 1778, 16 Janeiro – Escritura de obrigação para obra de carpintaria da capela mor da Igreja do Peso da Régua feita por António José da Cunha da Província do Minho (5º *Oficio*, Liv. 72, fl. 58).

23 – 1786, 10 Maio – Escritura de obrigação de obra da Igreja de São Faustino do Peso da Régua feita pelo mestre entalhador António José Pereira da Vila de Mesão Frio (2º *Oficio*, Liv. 89, fls. 24-27).

24 – 1738, 29 Junho – Escritura da obrigação da obra da igreja de Godim que faz o mestre pedreiro António Ferreira da Silva do lugar de Santo Aleixo (4º *oficio*, Liv. 21, fls. 48-50v).

25 – 1743, 9 Maio – Escritura de obrigação feita por Domingos Teixeira para obra da igreja de Godim (5º *oficio*, Liv. 33, fls. 57- 58).

26 – 1747, 22 Setembro – Escritura de obrigação da obra da igreja de Godim feita por José Fernandes (1º *oficio*, Liv. 51, fls. 20v-21v).

27 – 1775, 18 Junho – Escritura de obrigação de obra para a igreja de São José de Godim, feita pelos mestres pedreiros Francisco Correia de Matos e Vicente José de Carvalho. Este natural da freguesia de Santa Eulália de Fermentão, termo da vila de Guimarães e aquele do lugar de Mateus, termo de Vila Real (2º *Oficio*, Liv. 77, fl. 75v a 79).

28 – Livro da confraria de São Pedro de Medrões – 1697/1841- Arquivo Distrital de Vila Real

Cota : COM-CSPM/C/002/004/lv.005

29 – 1787, 3 Janeiro – Escritura de obra de pedreiro feita por Filipe António do Cal para a obra da igreja de Medrões (4º *Oficio*, Liv. 81, fl. 95v)

30 – 1791, 16 Janeiro – Escritura de obra de pedraria da igreja de Medrões feita por mestre José Luís do concelho de Coura aos eleitos José Araújo Silva e outros da freguesia de Medrões (2º *Oficio*, Liv. 92, fl. 92).

31 – 1791, 16 Fevereiro – Escritura da obra da carpintaria da Igreja de São Salvador de Medrões feita por Manuel António Inacio de Cazares e os eleitos da

mesma igreja (3º Ofício, Liv. 108, fl. 67).

32 – Livro da confraria de São Pedro de Medrões – 1697/1841- Arquivo Distrital de Vila Real

Cota : COM-CSPM/C/002/004/lv.005

33 – 1745, 16 Maio – Escritura de obrigação feita por Damião Barbosa e outros mestres de cantaria e António Barbosa mestre de alvenaria para a obra da igreja de Fontes (2º ofício, Liv. 46, fls. 3 a 6).

34 – 1750, 29 Dezembro – Escritura de obrigação da obra da igreja da vila de Fontes feita por António Fernandes do lugar de Mateus termo de Vila Real e Agostinho Rodrigues do Termo de Vale do Minho freguesia de Sam Miguel de Fontoura (1º ofício, Liv. 57, fls. 73v- 75).

35 – 1752, 19 Julho – Escritura de arrematação das obras de madeira da igreja de São Tiago de Fontes, feita por Francisco da Silva e João Baptista Mos, mestres carpinteiros. Este assistente no couto do Peso e aquele da mesma villa de Fontes (3º ofício, Liv. 76, fls. 22v - 26).

36 – 1753, 14 Fevereiro – Escritura de obrigação de obra feita pelos pedreiros Manuel Rebello e António Fernandes do lugar de Matheos termo de Vila Real e Constantino de Castro do lugar de Sepains Comarca de Guimaraes, na torre e corpo da igreja de Fontes (2º ofício, Liv. 54, fls. 57- 58)

37 – 1789, 21 Junho – Escritura da obra da torre da igreja de Fontes feita por João Dias, mestre pedreiro do lugar de Fornelos ao juiz e moradores da dita freguesia (4º Ofício, Liv.83, fl. 52).

38 – Arquivo Paroquial da igreja de S. Miguel de Lobrigos, Livro da Confraria do Senhor, págs. 26, 27, 28 e seguintes.

Finta para as obras da igreja de São Miguel.

39 – Conta dos ferreiros Manoel Teixeira e Domingos de Matos.

40 – Contas de Manoel Teixeira.

41 – 1792, 5 Fevereiro – Escritura de obrigação que fazem os moradores da freguesia de São João de Lobrigos, juntamente com o reverendo abade Jozé Coelho Borges para a feitura da nova igreja da mesma freguesia (...).

42 – Arquivo Distrital de Vila Real, Comenda de Moura Morta – MON/CSCMM/002 – liv. 15 – 1742.

43 – 1755, 13 Julho – Escritura de Segurança e obrigação da obra de pintura e douramento, solho, talha, armações e pulpito, da igreja de Sedielos, feita por Bartololomeu de Mesquita Cardoso da cidade de Lamego e Domingos Martins Pereira do lugar de Fornelos (5º ofício, Liv. 183, fls. 48v-50).

44 – 1756, 17 Janeiro – Escripura de obrigação de obra para a igreja de Sedielos feita por Manuel Teixeira de Carvalho do lugar de Rabal da freguesia de Sedielos (5º ofício, Liv. 52, fls. 28-29)

45 – 1756, 10 Julho – Escritura de obrigação de obra de forro da igreja de São Sebastião de Fornelos feita por Manuel de Fonseca Coutinho do lugar de vinhas termo da villa de Penaguião (*5º oficio, Liv. 53, fls. 7-8v.*).

46 – 1787, 29 Setembro – Escritura de obrigação feita por Manuel Martins Pereira do lugar de Fornelos ao juiz da igreja da mesma freguesia para a obra da capela-mor da mesma igreja (*3º Oficio, Liv. 106, fl. 70*).

47 – 1787, 25 Novembro – Escritura de obrigação feita por Domingos Alves Nogueira para a obra da capela mor da Igreja de Fornelos (*3º Oficio, Liv. 106, fl. 76v*).

48 – 1777, 17 Novembro – Escritura de obrigação de obra da torre da freguesia de Sanhoanne feita por Jerónimo Correia de Matos e Matias Lourenço de Matos de Vila Real e Joze de Souza da Régua (*3º Oficio, Liv. 101, fl. 18*).

49 – 1753, 12 Fevereiro – Escritura de obrigação para fabrica da capela de Nosso Senhor dos Afligidos do lugar de Fornelos (*2º oficio, Liv. 54, fls. 55-57*).

50 – 1781, 3 Maio – Escritura de obrigação de capela feita pelos moradores do lugar de Carvalho, da Freguesia de Sedielos, intitulada Senhora de Guadalupe (*3º Oficio, Liv. 102, fl. 69*).

51 – 1739, 1 Setembro – Escritura de obrigação para a obra da capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Medrões, feita por João Baptista e Francisco Barbosa, ambos da vila de Fontes (*4º oficio, Liv. 24, fls. 53-55v*).

52 – 1748, 31 Março – Escritura de obrigação de obra da capela de São Pedro de Medrões feita pelo mestre Garcia Fernandes da freguesia de Pena Longa, Concelho de Benviver (*5º oficio, Liv. 38, fls. 141*).

53 – 1744, 3 Setembro – Procuração bastante feita por Joseph Pereira Braga e outros mestres pedreiros para as obras da Capella do Senhor do Cruzeiro do lugar da Régua (*3º oficio, Liv. 62, fls. 55-56v*).

54 – 1778, 25 Julho – Escritura de obra e carpintaria para a capela do Senhor do Cruzeiro da Régua feita por João José, mestre carpinteiro, assistente na freguesia de Godim (*4º Oficio, Liv. 76 , fl. 24*).

55 – 1793, 11 Dezembro – Escritura de obra de arquitectura da madeira entalhada nas frestas e portas da capela do Senhor do Cruzeiro, feita pelos mordomos, oficiais e juiz da irmandade e o mestre José Teixeira do lugar dos Arrabaldes de Sediellos (*4º Oficio, Liv. 85, fl. 26v*).

56 – 1778, 17 Março – Escritura de obrigação de obra feita por João Alvares, mestre pedreiro da Província do Minho, a Francisco Baptista Montes e mais oficiais da freguesia de Fontelas (*5º Oficio, Liv. 72, fl. 82*).

57 – 1792, 17 Setembro – Escritura de obrigação da obra da tribuna da capela de Santa Marta feita por Domingos Martins Pereira, de Fornelos, ao Doutor Pedro Guedes Pinto, João António de Mansilha e Dona Antónia do Pilar Pinto Guedes da Fonseca (*5º Oficio, Liv. 87, fl. 91*).

58 – 1798, 12 Abril – Escritura de empreita de obra que fazem o Padre Alexandre cura da freguesia de Santa Maria de Oliveira do termo da villa de Meizamfrio a Domingos Alves Nogueira do lugar de Paradella do Monte freguezia de Louredo Comarca de Vila Real (2º *Oficio*, *Liv. 100, fl. 9v*).

Torre de Quintela – Vila Marim e Vilar de Maçada, duas freguesias ligadas pela história

José Alves Ribeiro

A Torre de Quintela, situada na freguesia de Vila Marim, nos arredores de Vila Real, de estilo arquitectónico semelhante a algumas das mais belas torres de menagem dos nossos castelos, com os seus balcões ameados em cantaria de granito, também denominados matacões, a servir de varandins para usufruto de belas vistas por parte dos nobres senhores, constitui um valiosíssimo património histórico de origem medieval. Foi fundada em meados do século XIII, havendo registo da sua construção nas Inquirições de D. Afonso III em 1258, inquirições essas que voltam a referir adiante o usufruto, por parte de Elvira Mendes e de seus netos, de regalengos em Quintela e a posse de uma propriedade, também em Quintela, por parte da Ordem dos Hospitalários, mais conhecida por Ordem de Malta. Esta torre assinala por conseguinte um morgadio que vai ser usufruído por diversas linhagens de fidalgos. Mesmo quando mais tarde alguns proprietários mais abastados da zona foram comprando parte dos terrenos e até a própria torre, o morgadio e o recebimento de foros e rendas continuaram a ser dos referidos fidalgos. A torre propriamente dita deve ter tido, como era usual nos tempos medievais, a finalidade de assinalar e defender este quinhão territorial tão valioso como é este fértil vale do rio Cabril e ribeiras afluentes. Este território estende-se desde a sua foz no rio Corgo, para oeste e para norte, englobando os termos de diversas povoações como Bisalhães, Mondrões, Vila Marim, Lordelo, Ferreiros, Borbela e outras. Além da finalidade de assinalar e defender esses domínios agrários, teria naturalmente serventias próprias distribuídas por três sobrados, correspondendo a três andares, com cómodos para habitação – e há registos de que alguns dos seus antigos proprietários aí moraram – e também teria espaços na zona inferior para armazenamento de cereais

e outros produtos agrícolas, pois sabe-se que a maioria das rendas e dos foros eram pagos, nesses tempos, não em dinheiro mas principalmente em géneros. Uma das primeiras linhagens a possuir este morgadio é a dos Macedos, senhores de grandes domínios nesta província, desde Macedo de Cavaleiros até Vilar de Maçada. A grande figura histórica desta linhagem dos Macedos é sem dúvida o herói de Aljubarrota Martim Gonçalves de Macedo, aio de D. João I, a quem salvou a vida naquela histórica e decisiva batalha em Agosto de 1385, pois com o seu maço de guerra abateu um castelhano pronto para matar el-rei. Este feito foi devidamente reconhecido e os seus restos mortais estão sepultados, por privilégio concedido pelo Rei, no próprio Mosteiro da Batalha com o nome Martim Gonçalves de Maçada. A sua naturalidade é disputada por Macedo de Cavaleiros e por Vilar de Maçada que também o considera seu herói. Vilar de Maçada, povoação que já foi sede de concelho e atualmente integrada no concelho de Alijó, tem ainda outros argumentos para reivindicar ligações a este herói. Uma sua bisneta, Filipa de Macedo, aí viveu e aí casou com Manuel Drago, fidalgo vilarmaçadense com dois solares nesta freguesia, um no Largo da Fonte, mais tarde renomeado como Casal de Borba e ainda o Couto de S. Domingos, actualmente denominado Quinta do Porto, em Cabêda, povoação anexa desta mesma freguesia. Esta fidalga, Dona Filipa de Macedo, senhora que foi desta torre e seus domínios, como vem referido na



excelente obra de autoria do Dr. Ribeiro Aires, «História das freguesias do concelho de Vila Real», antes de casar com Manuel Drago esteve amancebada com um outro fidalgo, D. Afonso de Portugal, irmão de D. Fernando, Duque de Bragança. Só que este D. Fernando fora condenado à morte e sentenciado em Évora por ordem de D. João II, corria o ano de 1483. E só não acabou por casar com esse D. Afonso, porque o Rei o nomeara entretanto Bispo de Évora, talvez como estratégia de o neutralizar no xadrez de disputas

de poder entre o Rei e estes seus primos e cunhados¹. Todavia, ainda teve três filhos de D. Afonso de Portugal, sendo um deles, nascido em 1485, de nome Francisco, importante na história desta torre. Trinta anos mais tarde, já no reinado de D. Manuel I (primo e cunhado de D. João II e que a este sucede devido à morte prematura de seu filho D. Afonso de uma trágica queda quando cavalgava nas cercanias de Santarém), este D. Francisco de Portugal vai ser nomeado 1º Conde de Vimioso, título outorgado por D. Manuel I em 1515. Este fidalgo vai herdar este morgadio de Quintela e respectiva torre o que explica a posse deste domínio na linhagem dos Condes de Vimioso por muitas gerações, a partir desta época, ou seja dos meados do século XVI. É interessante referir que é do mesmo lote de heranças, deixadas por Dona Filipa de Macedo, o famoso solar de Arraiolos perto de Évora, conhecido por «Solar da Sempre-Noiva», herdado na mesma altura por sua filha Dona Brites de Portugal — cujo pai era o referido D. Afonso de Portugal — e que foi a terceira das três fidalgas donas daquele solar que, ao longo da história, por circunstâncias algo melodramáticas, foram noivas condenadas pelo destino a ficarem toda a vida por casar. Há interesse em fazer referência a outra figura ligada à história desta torre que é Ruy Drago de Portugal, pois este nobre, Comendador de S. Salvador do Souto em Braga, também filho de Dona Filipa de Macedo mas do casamento com Manuel Drago de Vilar de Maçada, chegou a viver uma parte da sua vida aqui nesta torre, assim como seus filhos de mãe solteira, Heitor e Luís. Para remate interessante de toda esta saga das nobres linhagens ligadas a esta torre, resta lembrar que um dos netos de D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso, neto esse de nome D. João de Portugal (não confundir com D. João de Portugal, bispo da Guarda, personagem esta também ligada à história da torre pois foi seu titular no tempo dos Filipes no século XVII) vai ser, nem mais nem menos, uma importante personagem

¹ Dona Filipa teve de abandonar aquela relação e casou então com Manuel Drago, também fidalgo de Vilar de Maçada, havendo ainda, na povoação de Cabêda desta freguesia, o imponente edifício do solar dos Dragos, antigo Couto de S. Domingos, propriedade atualmente denominada Quinta do Porto (desde o início do séc. XIX), com edificações enormes, uma parte em ruínas e uma capela com oráculo de S. Domingos, esta felizmente bem restaurada, fundada pelo pai de Manuel, Ruy Drago em 1413, fidalgo este de origem castelhana que se sabe ter acompanhado os Infantes na tomada de Ceuta em 1415, estando sepultado na referida capela de Cabêda. Manuel Drago campeou na batalha de Toro com D. Afonso V (1476), na saga de defesa da candidatura ao trono de Castela por parte de Dona Joana a «Beltraneja», sua sobrinha — filha de uma irmã de Afonso V — e segunda esposa deste Rei. Campanha essa que não correu nada bem para as nossas hostes e para mais uma tentativa de união ibérica, pois quem tomou o trono de Castela foi Isabel, a Católica, também tia de Joana mas pelo lado paterno, pois era irmã de Henrique IV de Castela, pai de Joana. Ou suposto pai pois havia a suspeita de não ser filha do rei, dado como impotente, mas sim de um amante de sua mãe, de nome D. Beltran de la Cueva, de onde advém o epíteto de «Beltraneja». Mas regressando à figura central de Dona Filipa de Macedo, é esta fidalga, ligada à história desta Torre e do morgadio a ela associado e ligada também à história da freguesia de Vilar de Maçada que estabelece esta «ponte» entre as duas freguesias, a minha, Vilar de Maçada, e Vila Marim — duas freguesias ligadas pela história.

na célebre peça literária de Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*. Esse referido D. João de Portugal, neto de D. Francisco, casou com Dona Madalena de Vilhena e morreu na batalha de Alcácer Quibir em 1578, sendo romanceado por Garrett um hipotético regresso vivo desse D. João, disfarçado de romeiro, saga fundamental daquele referido drama. Ainda relativamente ao sector da literatura, ter-se-á de mencionar a referência a esta torre no romance «Anátema» de Camilo Castelo Branco.

O morgadio representado por esta torre vai manter-se, após algumas gerações de heranças, na posse dos Condes de Vimioso, embora a posse de parte das propriedades e até das respectivas rendas vá passando, com o decorrer dos tempos, para diversos proprietários da região. Vem registado no folheto publicado em 1976 pelo Padre Plácido sobre a história da torre o texto completo do tombo do morgadio, mantendo a ortografia da época, ou seja do século XVII, de que se transcrevem aqui apenas as primeiras linhas: «Tombo do Morgado da Torre de Quintela sicta no termo de Vila Real de que he direito senhor o Conde de Vimioso Don Francisco de Portugal...» Este era já o oitavo Conde de Vimioso, havendo registo de um restauro da torre na época deste senhor em 1695, como vem assinalado na referida obra de Ribeiro Aires. Este 8º Conde de Vimioso, com o mesmo nome, Francisco, do 1º Conde de Vimioso do século XV - XVI, do 3º do século XVI, e do 10º do século XVIII, vai herdar nos finais do século XVII este domínio e este morgadio de uma sua tia e tutora na menor idade, Condessa de Pernambuco, Dona Maria Margarida de Castro e Albuquerque, viúva sem filhos do 7º Conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal. Na época do morgadio do referido 8º Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, estão disponíveis dois documentos importantes para a história da torre, o referido tombo do morgadio e um outro tombo, também referenciado no referido folheto de autoria do Padre Plácido. Este tombo tem o registo dos prazos das rendas dentro e fora do distrito que foram alvo de uma reforma em 27 de Junho de 1695, reforma assinada pelo Juiz Corregedor Gaspar Macedo da Cunha, tendo como escrivão do público e da honra de Ovelhó — povoação actualmente denominada Bilhó — um tal Manuel Cerqueira. Nesse mesmo ano de 1695 tinha posse das propriedades da Quinta de Quintela um tal Pedro Carvalho e sua mulher Francisca Correia de Mesquita que já recebiam foros desta e de outras propriedades, embora nas décadas anteriores já a torre e parte das propriedades tinham sido de D. Simão Correia e sua mulher Dona Luísa Silva. No referido tombo do morgadio também vem referenciado este Pedro Carvalho e é referida a compra por parte deste a um outro proprietário de nome Gaspar de Seixas de Afonseca, mas continua a ser confirmado nesse referido tombo o direito do morgadio ao Conde de Vimioso e seus descendentes. Por conseguinte, este domínio, o morgadio que representava e parte dos respectivos foros e rendas, ainda vão ser herdados pelos Vimiosos por mais três ou quatro gerações ao longo do século XVIII e inícios do século XIX. Porém os vínculos e morgadios foram mais tarde extintos na sequência da Revolução Liberal de 1820 e

a partir de 1834 foi este domínio e esta torre passando para diversos proprietários, já sem estatuto de morgadio, mas ainda com direito ao recebimento de foros. Um desses proprietários foi Joaquim Dinis da Costa, natural da Pena, sendo a torre adquirida por compra a José Guedes Pereira de Magalhães, natural de Lobrigos, isto nos inícios do século XX. Entretanto a torre ia-se degradando, chegando a ser vendida a um pedreiro por cem mil réis, e só não acabou aí porque o tal pedreiro reconsiderou que a despesa de apeamento daquela pedra toda não lhe seria compensador... Mas esta mal-sinada torre só não se arruinou de todo porque, felizmente, em Junho de 1910, mesmo nos finais da monarquia, foi instituída como monumento nacional, tendo sido em 1951 parcialmente restaurada. Entretanto tudo que fora da antiga capela dedicada a Santa Maria Madalena, capela essa fazendo parte do conjunto solarengo complementar da torre, desapareceu, completamente, destruída ainda antes de 1905, como vem registado no referido folheto sobre a história da torre de autoria do Padre Plácido que me serve de base para esta resenha. Aí se refere que um retábulo de fina talha e as imagens dos santos foram arrematados por um proprietário de Vila Marim e duas belas colunas douradas de madeira foram parar à posse de um professor da Escola Industrial de Viana do Castelo. Por conseguinte da capela nada resta. Mas felizmente a torre permaneceu em pé e, ajudada pelo restauro de 1951 e mais recentemente, nos anos 80, com um outro bom restauro implantando no seu interior apropriadas escadarias em madeira, criaram-se condições para que toda a gente possa desfrutar deste magnífico e antiquíssimo monumento. Monumento este que bem merece que continue a ser preservado e que se espera que seja cada vez melhor conhecido e aproveitado como excelente peça patrimonial da nossa região transmontana e, como se referiu, tão ligada à história desta região e à história do nosso país. Porém não podemos de todo deixar de estar algo atentos às condições actuais da sua manutenção, já se notando algumas infiltrações de água das chuvas a deteriorar as madeiras interiores e também já sendo bem visíveis alguns arbustos alcandorados nas frinchas entre as pedras na parte superior da torre, plantas invasoras estas que, com o passar do tempo e o engrossamento das suas raízes, vão arruinando a estabilidade do edifício. Um último reparo: um monumento desta envergadura e valor histórico mereceria um acesso e um terreiro envolvente muito mais condignos do que os actuais.

Nota final: Deixo aqui bem expresso um especial agradecimento ao meu colega e amigo Eng. Agrónomo Renato Celorico Drago pelas preciosas informações que me disponibilizou para a feitura desta resenha histórica.

Bibliografia

PLÁCIDO, Manuel Alves – *Torre de Quintela – Subsídios para a sua História*
– Ed. Câmara Municipal de Vila Real, 1976

SAMPAIO, Mário – *Vilar de Maçada em Roteiro* – Edição do Autor, 1991
AIRES, Joaquim Ribeiro – *História das freguesias do concelho de Vila Real* –
Ed. Maronesa, Comunicação Social, 2007

Ciclo ‘Castelos e Poemas’

O Ciclo ‘Castelos e Poemas’, desenvolvido entre 9 de Fevereiro e 1 de Junho de 2013, foi seguramente uma das iniciativas de maior sucesso levadas a cabo pelo Grémio Literário Vila-Realense este ano.

«Os castelos são geralmente lugar de mito e lenda. Erguidos no topo de elevações, proporcionam uma dupla visão de largueza: sobre os horizontes físicos (paisagem) e sobre os horizontes da história. Essa dupla visão muito agrada aos poetas. Que sobre os castelos têm meditado em termos de poesia. (Entende-se aqui poesia no seu sentido mais lato, incluindo portanto textos que exteriormente até possam parecer prosa mas que por dentro contenham emoção e encantamento quanto baste.)» Esta era a motivação, que levou entusiastas do ciclo a visitar sucessivamente os Castelos de Aguiar, de Numão, de Ansiães e de Algosó.

Foram nessas visitas distribuídos, lidos e comentados os seguintes textos:

CASTELO DE AGUIAR



Castelo de Aguiar

Era o silêncio quem
o defendia,
e não o estrondo das armas,
nem os brados, nem as pragas,
nenhum toque de clarim.

O tempo a prosódia
não corrompe
de palavras destas ditas em silêncio
de asa aberta ao vento:
Aguiar.

Verdadeiramente
o lugar das águias
re-pousadas.

A. M. Pires Cabral – *O livro dos lugares* (Mirandela : João Azevedo Editor, 1999)

Roqueiro de Aguiar

Raras vezes uma palavra terá sido tão ajustada como nesta designação toponímica.

Roqueiro provém do vocábulo *roca* (ou *rocha*), e no presente caso trata-se, na realidade, de uma singular construção, rude e protomedieval, de tal modo sobreposta a um aglomerado de penedos, que, à distância, é muito difícil perceber se se trata, no seu conjunto, de uma obra de arquitectura guerreira de outros tempos ou simplesmente de um casual amontoado de fragas a cavalo umas nas outras.

Aliás, é essa a expressão que o nosso povo, em muitas terras do Norte (na região montemurana de Cinfães ou de Resende, na encosta fronteiria de Baião, na zona trasmontana de Vinhais ou Montalegre, no Alto Minho, desde Arcos de Valdevez à Serra de Arga) emprega, para se referir a certos picotos graníticos que apresentam, nas manhãs enevoadas ou noites luarentas, o aspecto impressionante de fortalezas de sonho, semilendárias.

Na boca da gente ingénua das vizinhanças, esses aglomerados altaneiros de fraguados são familiarmente designados pelo nome de “castelo”, embora, na verdade, não passem de simples punhados naturais de penedias.

O pastor que sobe com duas dúzias de cabras ou uma meia dúzia de bovinos diz para o velhote que fica no lameiro:

– Hoje vou antes para o “castelo”.

E lá vai, pelo carreiro acima, com os seus bichos, na direcção do poleiro granítico que há milénios a Terra, por si própria, formou, e onde sabe existir uma ou duas chãs de boa relva, curtida pelas brisas ríspidas e saudáveis dos mil metros.

O pegureiro chega lá cima, instala-se num desses penedos, tendo ao lado o saquitel com um pedaço de queijo e outro de pão de centeio, e daí vê, com sossego, não só os seus bichos que retouçam, como o vale da sua aldeia, além de muitos montes e vales que a circundam, a perder de vista.

Ao fundo, em regra, há uma estrada macia, onde passam céleres, muitos carros irrequietos. São os seres citadinos que se cruzam, na sua interminável febre de não estarem onde estão, com os olhos postos nos marcos que já se percorreram e dos que ainda faltam, para alcançarem determinado sítio — donde imediatamente voltam a partir...

Entretanto, no cimo, o mancebo de sapatolas, safão e pau ferrado, de pé sobre o penedo, despacha uma vez por outra uma certa lapa ou um assobio, e lá está sossegado, até ao cair da noite, a olhar o céu e a terra, sem querer saber daquela febre que arrasta aqueles “seres citadinos” em constante mobilidade, de um lado para o outro — e sem querer saber mesmo se a nuvem que passa tem algum sentido ou se o sol que vai a descer sobre o horizonte, ao longe, tem ou não algum destino.

Neste caso da Penha de Aguiar se verifica exemplarmente tudo o que sugerimos.

Através da “veiga” (que se estende desde a portela do Mezio à portela de Vila Pouca, como uma manta verde ou parda, conforme a época, toda retalhada de folhas esguias de centeio, de batatais ou de milho anainho) como uma longa estrada rectilínea que, sem repouso, serve de pista à passagem de esquivos veículos citadinos —, enquanto lá, no alto, no rebordo da serra do Alvão, dormita seu inalterável sono de contemplativo sossego o velhíssimo “roqueiro”, cuja origem se perde na insondável neblina dos dois primeiros séculos de luta entre os neogodos refugiados nas Astúrias e os formigueiros de Sarracenos vindos do Norte de África, do Magreb e da Mauritânia.

Quem passa em baixo, na euforia da contemplação da aprazível planura rústica, de meia altitude, rodeada de montes adustos, tão ligados à figura sombria e “picada das bexigas” do moço caçador de Samardã, pupilo do padre Azevedo, nem por sombras pensa nos Mouros, nem nos descendentes de Pelágio, nem se dá ao trabalho de saber se, aqui ou além, nesse cenário, haverá algum resíduo fortemente evocativo desses obscuros tempos de presúrias e razias, entre os portadores da cruz, cobertos de cotas de malha e armados de montantes, e os defensores do Islã, revestidos de turbantes e munidos de alfanges.

A lei-da-velocidade que de dia para dia tende a substituir a velha lei-do-menor-esforço (podendo bem dizer-se sua filha espúria ou forma de aberração), não consente que o viandante descubra o discreto amontoado de penedia que, ao cimo, se recorta no azul do céu, como um ninho de aguiotos.

Nós mesmo, durante longo tempo, participámos desse modo preguiçoso de passar, limitando-nos a olhar, do fundo da veiga, para aquele punhado de rochedos e a contentar-nos com o íntimo resmungo respeitoso:

— «Lá está o velho Castelo de Aguiar!»

Ao cabo de muitas informações e delongas (tão grandes são as artimanhas da indolência) acabámos por tomar, há poucos dias, a decisão matutina de saber, *in vivo*, como é o roqueiro.

A pequena “excursão” para quem a fizer a partir da veiga, não é das mais simples, nem cómodas.

Embora relativamente rápida (uma hora e pico: vinte a vinte e cinco minutos, para subir; meia hora, para ver; um quarto de hora, para descer), a passeata obrigará o calcorreador a suar um pouco as estopinhas.

A cerca de uma légua ao sul de Vila Pouca, deixa-se a via rectilínea e asfaltada para se seguir por um breve ramal transversal que nos conduzirá à aldeia rude de Pontido. Aqui deixar-se-á o veículo e sobe-se, a pé, cerca de vinte minutos, pela encosta pedregosa e íngreme.

Quem não quiser andar às aranhas, lá em cima, entre os silvados e os penedos, para conseguir descobrir a única vereda silvestre que leva ao “roqueiro”, terá de levar consigo alguma criatura da terra para lhe indicar o caminho.

Mal se vencem três ou quatro lanços de tortuosa calçada, em dada altura encaixada numa profunda barroca, onde vemos descer um carro carregado de lenha e mato puxado e travado por uma valente junta de bois maroneses, que, em silêncio, ao passarem por nós, parecem querer dizer-nos, com a proverbial dureza trasmontana:

— *«Veja como nós fazemos isto, sem outros travões que não sejam os tendões dos nossos artelhos»* — larga-se o carreiro dos tempos dos reis afonsinos e entra-se no monte estreme.

Ao cimo aparece o castelo, mas não é fácil descobrir-lhe o acesso, oculto entre espesso matagal, de giestas, carvalhiços e medronheiros.

Mal se deixa o barrocal, penetra-se na brenha. A caminhada, a partir desse ponto, começa a ser um tanto dura. Não há carreiro, nem vereda: marinha-se, conforme calha, contornando-se tufos de silvas, de tojo, de espinheiros.

O decantado “roqueiro” está perto, mas não se percebe bem onde se situa, tão confusa é a penedia e a brenha.

Em dado passo, é preciso penetrar em uma espécie de “fisga” para se vencer, quase de gatas, um penedo adossado a outro penedo. Passado o pelágico corredor, estamos no sopé do lendário “castelo”, esboroadado e caótico, como um autêntico cenário de um novo conto da *Dama de Pé de Cabra*.

(«Terá o velho Herculano estado aqui?» — pergunta-se para dentro.)

Duas enormes fragas, espalmadas, formam uma espécie de vestibulo do estranho “Palácio dos Mouros”.

Contorna-se outro penedo desconforme.

Estamos, finalmente, no sopé do singularíssimo poleiro que ninguém sabe se terá sido edificado pelos guerreiros cristãos das Astúrias ou pelos crentes de Mahomé.

As pedras, em silêncio, nada dizem.

Os olhos, enquanto os bofes tomam fôlego, ficam suspensos dos penedos opacos e barrigudos relacionados por dois ou três panos de toscos muros.

A custo, entra-se pelo primeiro pórtico, de cantaria rude, recortado em bico. Dentro, dá-se de face com um anómalo compartimento, sem tecto e com duas seteiras, uma voltada a Norte, outra a Poente.

Mais alguns rodeios e estamos, por fim, junto do penedo culminante, coroado por um outro estranho compartimento, mas este fechado e de tecto abobadado. É uma espécie de “câmara pétrea” que tanto poderá ter servido de ergástulo, como de tulha, como de pequeno recinto sacro.

As pedras, interrogadas, calam-se.

Do extra-dorso se domina toda a *veiga*, desde o Mezio à portela de Vila Pouca, tendo como pano de fundo a corda inóspita, ascética e pedregosa, da serra de Cabreiro e, mais para as bandas de cá, do lado de Nascente, a orla do indefinido planalto de Jales, a terra desolada e paupérrima das velhas minas de ouro.

O “roqueiro” está visto —, mas o enigma do que ele terá visto persiste.

Sant’Anna Dionísio – *Ares de Trás-os-Montes* (Porto: Lello & Irmão, 1977)

CASTELO DE NUMÃO



O Castelo de Numão

O Castelo de Numão
assemelha-se a um ombro
tão de pedra que desmente
a razão do seu escombro.

De longe se vê, palavra
declarada contra o vento,
contra a noite prolongada,
contra o seu prolongamento.

No Castelo de Numão
Os olhos pelas ameias
rejeitam a serra contra-
feita de mornas ideias.

António Cabral – *Emigração clandestina* (Coimbra : Centelha, 1977)

Castelo de Numão

Se vais a Numão, deixa a memória
antes do castelo, depois não hesites,
a ruína começa no teu corpo,
ouve-lhe o eco de monte em monte.

António Cabral – *Novos poemas durienses* (Vila Real : Livros do Nordeste, 1993)

[A vila de Numão]

[...]

Nisto, aparece um velhote que se mostra propício à comparticipação na modesta escalada arqueológica.

[...]

Em frente, a uns trinta passos, recortava-se a porta da vila primitiva, voltada para sudoeste. Era, pois, a chamada Porta do Sol, flanqueada de um lado e outro por dois panos de muralha ainda possante mas já desdentada e nalguns trechos sem caminho de ronda.

Não sem alguma emoção, entramos na vila inteiramente deserta e desmantelada, sem vida e sem lares, reduzida, melancolicamente, aos vagos fundamentos de algumas dezenas de moradias, toscamente alinhadas entre tufos de estevas, giestas e silvas.

A única edificação que ainda subsiste é a pequena igreja, de raiz medieva, encostada à muralha, à entrada da porta.

De resto, a impressão de abandono é tão penetrante e tão funda, que, em dados momentos, qualquer pessoa que entre nesta cerca (de uns trezentos passos de perímetro) se sente baloiçante entre a Realidade e o Sonho; para não dizer antes: entre a Realidade e o Pesadelo.

O velhote, incansável, quer levar-nos a toda a parte e mostrar-nos tudo, neste recinto de indefinidas evocações, ao mesmo tempo criptomnésico e letal.

A muralha, poderosa e grimpante, sobe do lado do poente pelo flanco pedregoso e íngreme do serro, tomando um estranho aspecto de couraça dominadora, desse lado ainda bem recortada no seu debruado de ameias e coroada, no alto, por uma possante torre de face voltada para a velha atalaia de Custóias.

Daí se corresponderiam, de noite, por meio dos convencionais sinais de lume, as sentinelas deste alcácer, com os roqueiros distantes de Longroiva, Marialva, Penedono.

No centro da “vila morta” está a cisterna, hoje de água esverdeada e estagnada, lúgubre e quase repelente —, noutros tempos, sem dúvida, meticulosamente zelada como o mais precioso tesouro da vila, com o máximo cuidado defendida de todas as impurezas, pois dela dependia a resistência e a vida de todos os que viviam intramuros.

Do lado do Norte, abre-se outra porta, tão espaçosa como a do Sol, mas melhor conservada, ainda com o arco de ponto subido intacto.

A vista daí é mais ampla e mais bela. Abrange-se a indefinida largueza de Trás-os-Montes.

Descobrem-se, ao longe, para além do profundo sulco do rio Douro, as terras de Moncorvo, de Carrazeda de Ansiães, de Vila Flor, de Alfândega da Fé.

Estamos aqui a uns 750 metros de altitude.

O sol e o ar parecem irmãos, na intensidade e na pureza.

[...]

Sant’Anna Dionísio – *Alto Douro ignoto* (Porto: Lello & Irmão, 1973)

CASTELO DE ANSIÃES



No Castelo de Ansiães

Demais sei eu que o que passou passou,
a história não é uma serpente
que se refaz em cada primavera,
mas quando muito morde a própria cauda;

que os que aqui moraram já nem ossos são,
soprou sobre eles o tempo
e extinguiu o pouco fogo que eram;

que cessou todo o ruído, de festa ou de querela,
dissolvido no ácido dos dias;

que os lugares onde acaso podia ter ficado
impressa alguma pegada accidental,
algum risco na pedra com vocação de história,
estão ocultos por silvas e aveia brava.

Demais eu sei que os horizontes
que vamos recolhendo do alto das muralhas
com as afectuosas pinças da alma
— contrariamente aos que moraram e morreram —

permanecem os mesmos:
perpétuo desafio ao vento e ao olhar.

Então, se tudo isso sei:
carne friável, minerais perenes;

e se com tudo isso me conformo, como homem
sobre quem também soprá
o tempo e está disposto a perdoar;

porquê esta água insubmissa
que devagar me molha o reverso dos olhos?

A. M. Pires Cabral – in *Novas memórias de Ansiães* (Lisboa : Averno, 2007)

Ruínas de Ansiães e Carrazeda

Quanto tempo pode durar uma cidade,
a vida de uma cidade, inteira?
É de perguntas assim — inúteis como
todas — que se constroem por vezes
as capitais da nossa solidão, os passos
que fugazmente nos conduzem
à alegria e ao desespero, à voz possível.

Não é difícil precisar a rude e fortificada
duração de Ansiães, a velha: do século
XI a 1734, por ignorados motivos.
Menos exactos são os túmulos pré-cristãos
que se abriam na dureza do solo transmontano,
com lugar vazio para três pessoas. Éramos
mais, nessa tarde que foi do largo de Grijó

à imensa desolação de Carrazeda, terminando apenas (e tão bem) em Parada de Cunhos.

Mas são esses — os de Carrazeda, a nova — os túmulos vivos que nos restam: cafés apinhados, lojas que se esqueceram de fechar, a vasta e inacreditável quinquilharia que faz da *Papelaria Horizonte* um exemplo de sucesso. Penhores, dispersos, de algo que nunca existiu.

Um país, garantem-nos. Mas Ansiães, a velha, nasceu antes da nacionalidade, embora a tenha acompanhado o melhor que pôde. Parecem demasiado perfeitas, estas ruínas, demasiado diferentes daquela que será um dia a nossa. Entretanto, abelhas, gafanhotos e lagartos confundem-se com a teimosia das pedras que a todos, e a nós também, sobreviverão.

É o seu modo calmo de profanar as duas igrejas românicas — o que delas sobra — e os bruxedos encenados por quem da vida ou da morte espera ainda alguma coisa. Pelos afortunados, em suma. Quanto a mim, gostaria apenas de saber se existe mesmo a borboleta em forma de forquilha que te pousou no ombro (as fotografias, escusado dizer, não serão prova bastante). A única certeza, para já, é a de que não caberíamos em nenhum dos túmulos (a observação foi do Rui, e pertinente).

As cidades, já se sabe, também morrem. Mas poucas vezes terá sido tão belo o desencanto de o saber. «Bem-vindo a Benlhevai» — parece querer dizer o vento a estes frágeis viandantes sem guilho nem caminho.

Manuel de Freitas – in *Novas memórias de Ansiães* (Lisboa : Averno, 2007)

Comércio Tradicional

Não era guilho, era aguilhada
— elucidou mais tarde, algures
a nordeste, um respeitável filólogo.

Horas antes, fora solene o gesto
matinal (depois do covilhete na Gomes)
com que o efusivo cidadão te entronizou,
para não passares despercebido,
o farol do comércio tradicional servindo
de testemunha. Era o aléu, não sei se
deste conta, o mesmo com que em Ceuta
se improvisou um ceptro
aos nobres condes desta vila.

Declinaste. Foi por modéstia, não digas que
foi por timidez. Bem sei:
és avesso a galardões
e eu, admito, naquele momento
não servi de grande ajuda.
Mas como poderíamos adivinhar, Manuel,
que o bastão faria falta nessa tarde? A tarde
em que, lutando com abelhas, tomámos posse
do improvável Castelo de Ansiães.

Vítor Nogueira – in *Novas memórias de Ansiães* (Lisboa : Averno, 2007)

Outro Castelo

A melhor parte da minha juventude
entreguei-a à imatura ambição
da arqueologia, aos dias passados
na serra entre ruínas crestadas
pelo resplendor de Agosto.
Algumas fotografias sobrevivem
dessa época, mostram muros

derruídos e esconsos alicerces
ou túmulos cavados em penedos
com uma régua de desenho
para escala: não tinha então
do tempo ou da morte
uma ideia mais própria
e imediata.

Ao revisitar convosco
um dos perdidos castelos
desses anos, quase me doeu
que aquela beleza inteira
pudesse ter persistido
na sua inalterada solidão,
enquanto o verde do planalto
estendia o mesmo sossego
em todas as direcções.
Ali em cima, afinal,
a única mudança
estava em mim —

e a vossa presença,
amigos feitos noutra terra
e noutra idade, tornava
mais exacto o sentimento
de ter regressado irreconhecível
a um lugar do meu passado,
apenas para adivinhar
uma distância que não se vence
e o espectro de outro castelo
ao qual não é possível regressar.

Rui Pires Cabral – in *Novas memórias de Ansiões* (Lisboa : Averno, 2007)

CASTELO DE ALGOSO



Castelo de Algosó

Há lugares tão erguidos
que cumprem um óbvio, denso
destino de sentinelas.

Assim Algosó, pairado sobre
a desolação e a manta
dos restolhos amarelos.

Algosó:
as escarpas e a vertigem
que faz o ninho nelas.

A. M. Pires Cabral – *O livro dos lugares* (Mirandela : João Azevedo Editor, 1999)

Castelo de Algoso

ao longe parece uma chaminé
por onde fumea a lareira do tempo,
inchaço de um precipício
esmurrado por uma nuvem
negra: com ela levou
gente hospitaleira e hospitais onde curar feridas
que os dias não deixam de parir;

de perto, quem é que está fechado
dentro daquele livro escrito como uma guerra,
grito que nem uma lágrima
verte e deixa o Angueira entregue à sua sede?
não mete terror já,
suave o fez o tempo como um sorriso,
talvez de escárnio, talvez de respeito;

do alto e de dentro avista-se
um ermo mundo, calado, só abandonado
ao matagal: apontas os olhos em volta
e de nascente, de poente, de norte e de sul
nem um exército se mostra já
nem pontas de lança brilham contra o sol
que teima em regressar todos os dias;

deita o teu dia para adiante
e que não te inquiete a fraqueza das pedras com
seu clamor de dores reduzidas a pó de areia,
pois no fim apenas em ti fica o que te fizeres: nem
chaminé, nem ninho de guerra ou ermo,
cada gesto teu a mudar o mundo, ainda que não
queiras e de ti nada fique a ver-se ao longe:

passas e onde pisas é outro
o mundo já: os castelos, esses mais não são que
relógios a marcar a cor do tempo;
se te encostares às muralhas ouvirás o respirar
esfomeado dos que um dia as pedras levaram

e colocaram ou se esmagaram fragaredo abaixo:
[a sua língua
é a de sempre para a dor humana.

Fracisco Niebro, *Ars vivendi, ars moriendi* (Lisboa : Âncora Editora, 2012).
Tradução de António Cangueiro e Rogério Rodrigues.

De passagem por Algosó

Sempre que o calendário o brinda com um feriado encostado a sábado ou domingo, o português vai *de biaige*, como um lendário Zé de Abaças que povoou de pitoresco e escândalos o quotidiano de Vila Real há alguns anos. *De biaige* é o modo mais fiel de representar o modo de o Zé de Abaças dizer ‘de viagem’. Incansável viajante, ao menos em fantasia, acabaria por morrer colhido por um comboio, num dos túneis da Linha do Douro. Ironia do destino... Mas quem quiser saber mais deste pícaro Zé de Abaças, leia uma saborosa crónica do Dr. Otílio Figueiredo, publicada no número 9 da Revista *Tellus*, que ele planeava inserir no terceiro volume do *Canhenho dum Médico*, que infelizmente não viria a ter tempo de editar.

Tal como o Zé de Abaças, também eu e os meus Amigos fomos *de biaige*, aproveitando o fim-de-semana prolongado do 5 de Outubro. Que havíamos de ficar a fazer? A ver na televisão as cerimónias cediças e a ouvir os discursos com sabor a mofo que a República, *malgré-soi*, ainda inspira a uns tantos? Nada, metemo-nos nos carros e fomos até Salamanca, a formosa cidade que bacharelou em tempos idos quase tantos portugueses como Coimbra.

Uma primeira etapa levou-nos até Grijó, onde ficámos instalados no *Hotel Sineta*, designação que com amargo escárnio dou à minha própria casa, vítima da vizinhança de um campanário com relógio capaz de atormentar as noites do mais dorminhoco. Depois, a caminho de Miranda do Douro, donde daríamos o salto de 100 quilómetros até Salamanca, fizemos um pequeno desvio à direita, em Vimioso, que nos levou até Campo de Víboras (impressionante topónimo este!) e logo após a Algosó.

Algosó, para quem não saiba, é uma povoação do concelho de Vimioso com pergaminhos de antiguidade e nobreza. Veneráveis manuscritos falam abundantemente da célebre comenda de Algosó. O velho pelourinho, muito trabalhado, atesta também as glórias do lugar, assim como a igreja matriz do século XVII e, acima de tudo, o notável castelo, meio arruinado, umas centenas de metros além da antiga vila.

Mete respeito, a pequena fortaleza. Está encavalitada sobre uns penhascos ferozes que, olhando para sul, se perfilam sobre uma temível ribanceira. Lá ao fundo,

divisa-se o leito seco do rio Angueira (o tal dos lagostins de água doce), entre calhaus puídos das torrentes de Inverno. Nas restantes direcções, descobre-se uma paisagem suavemente ondulada a anunciar o planalto de Miranda, rica de terras de sementeira de cor parda bordejadas de carvalheiras e outros verdes. E o abismo cavado pelo Angueira é como que um arremesso de arrependimento tectónico por tanta brandura e mimo. Uma vista de cortar a respiração, com os horizontes salpicados do branco de dezenas de povoações que se descobrem em redor.

Entramos ao castelo guiados pela senhora Delmina, portadora das chaves, que não cessa de tagarelar e nos mete a todos no coração “e nós a ela. É mulher dos seus setenta anos, embiocada em roupas negras, curiosa a nosso respeito, mesmo a respeito de aspectos melindrosos da vida de cada qual... Perdoamos-lhe as indiscrições em paga do linguajar castiço que usa (quase como o de uma outra mulher que abordámos antes, a senhora Rainha, que tem 89 anos, é *xôrda* dos ouvidos e tem um vocabulário bem vicentino à flor da língua...)

Dentro do monumento, topamos com a infalível placa de mármore a assinalar a passagem por ali do Presidente da República. Já no vetusto Castelo de Ansiães (monumento de maior porte, aliás, do que este modesto Castelo de Algosó), no verão passado, tinha visto idêntica lápide. Onde diabo é que não terá metido ainda o nariz, este infatigável protagonista do porreirismo populista do Belém descentralizado de hoje?

Uma última referência, nesta crónica a lutar com falta de espaço, ao enorme ex-voto que se encontra dentro da igreja próxima do castelo. É uma tábua ilustrada de uns três metros quadrados, narrando o prodígio obrado por Nossa Senhora do Castelo, ao obrigar um crocodilo a revessar são e salvo o menino que momentos antes havia deglutido, ali mesmo ao lado. Um crocodilo? Safa! O mais curioso é que, pendurada na parede, ao lado da tábua, lá está a pele ressequida da abantesma! Crocodilos em Algosó? Pelo sim, pelo não, olhando inquietos em redor, metemo-nos nos carros e partimos a grande velocidade para Salamanca, onde, que a gente saiba, não rastejam os metuendos répteis sempre dispostos a abocanhar criancinhas de colo ou mesmo, na falta destas, um adulto ou dois.

A. M. Pires Cabral – in *Repórter do Marão*, 23 de Outubro de 1992

[O castelo de Algosó]

[...]

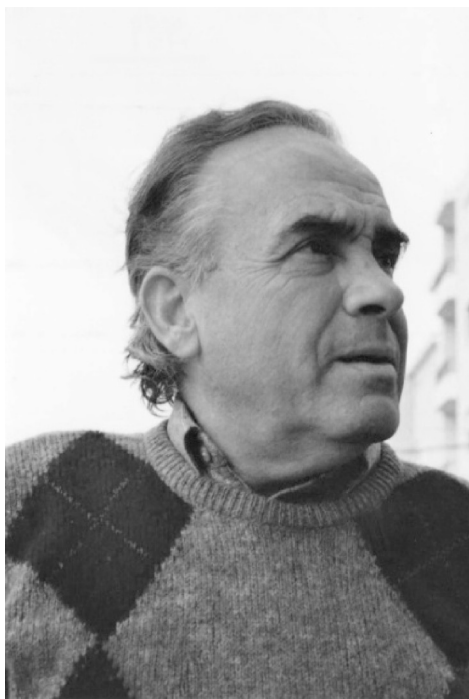
Noutro ponto ainda mais solitário e impressionante, e mais ao norte, no cimo de um pedregoso cerro que de um lado descai em abrupto despenhadeiro para o rio Angueira, afluente do rio Maças, destaca-se outro arruinado roqueiro erguido, segundo dizem velhos notários medievos, por um homem rico da região, um tal Mendo Rufino, que o ofereceu a D. Sancho I, recebendo deste rei, em troca, em 4 de Setembro de 1196, o senhorio da vila de Vimioso.

É o vetusto e solitário roqueiro de Algosó.

O castelo, embora alquebrado e corroído, nitidamente se recorta no meio da imensa planura, aqui e além retalhada pelos sulcos de algumas linhas de águas tributárias do rio Sabor. [...]

Sant'Anna Dionísio – *Ares de Trás-os-Montes* (Porto: Lello & Irmão, 1977)

Prémio Literário ‘António Cabral’ — 2013



Precedendo os trabalhos do Encontro ‘Saber Trás-os-Montes’, realizado pelo Grémio Literário Vila-Realense em 13 de Setembro último, teve lugar a sessão de entrega do Prémio Literário ‘António Cabral’ – 2013. Como se sabe, o Prémio é bienal, tendo-se realizado este ano pela segunda vez. A edição de 2011 foi ganha pelo poeta Amadeu Baptista, com o original *Sistina*, apresentado sob o pseudónimo de Miguel Bravo. De salientar ainda que em 2013 concorreram ao Prémio mais de 120 originais, alguns dos quais vindos do Brasil e de outros países. O prémio foi entregue ao vencedor, Daniel Gonçalves, pela viúva de António Cabral, Dr.^a Alzira Cabral, a pedido do Presidente da Câmara. O jovem poeta Daniel Gonçalves nasceu em Wetzikon, Suíça, em 20 de Abril de 1975, mas a família é

originária de Santo Tirso. Vive na Vila do Porto, Santa Maria, Açores. Na ocasião, o Presidente do Júri do Prémio, Prof. Doutor Ernesto José Rodrigues, leu o seguinte texto:

*O júri do Prémio Literário António Cabral decidiu, por maioria, galardoar **Ensaio sobre o Comprimento do Silêncio**, assinado com o pseudónimo de Maria Inês Finisterra, da autoria de Daniel Gonçalves. Nascido em 1975, vencedor de outros*

concursos e poeta editado, o seu périplo de vida — suíço, minhoto, açórico — vislumbra-se nestas páginas, como provaria leitura aprofundada.

Conjunto coerente em dois andamentos — “Da horizontalidade do silêncio” e “A verticalidade do silêncio” —, surpreende pelas imagens e ritmo, mesmo encantamento. Entre micro-recorrências, numa existência de mar sonhando montanha, descreve-se ausência de um tu figurada no «mistério da cadeira vazia», em compacto poema em prosa, lúcido, contido, sem pathos. Vigilância sobre os limites da emoção não é mérito pequeno em lírica nacional que facilmente se derrama.

Sabem certos autores — e os críticos descobrem, às vezes — elaborar, não raro inconscientemente, um percurso narrativo que dê coerência ao conjunto. Um dos processos é a circularidade, em que se percebe, por exemplo, entrarmos na «luz indecisa do fim da tarde» e sairmos «subindo pela manhã». Simultaneamente, como meninos perdidos no bosque da noite, deixamos sinais e pegadas reconhecíveis: «a tua falta» é um doloroso possessivo, doravante acompanhado pela mágoa da «cadeira vazia», e isto desde as primeiras linhas. Terminaremos, após as duas principais marcas de espacialização, com recomeço conseguido: «Depois da montanha há o nível do mar que recomeça. [...] E uma felicidade possível.» O fim não fecha; abre: «O fim é uma porta que se abre para regressares ao começo de tudo.» E devemos seguir o conselho, pois este tu, em regressares, pode indiciar um outro que é ele mesmo, e termos corrido história de um desfasamento íntimo, não com uma referência exterior em que nos induzia «Vou-te contar».

Dentro deste quadro geral, assomam memórias, visões de presente (que é o tempo preferido) aqui e ali diarístico («Hoje faço anos.») e formulações de tentada simplicidade — existencial e de forma — que conformam uma filosofia epicurista. No artefacto, entretanto, seja, no coração da prosa, deve bater, ritmada — contra o silêncio, que é a matéria contada —, deve bater «uma música», a qual «há-de pôr-me as palavras certas à minha frente». Neste propósito cúmplices autor e leitor, aquele vence desafio: entre a firmeza do cume e o ondear marinho, encerra na duração do gerúndio, «incentivando a poesia»; quanto ao leitor, cabe-lhe acompanhar estas derivas de final suave e confirmar se o passeio das vozes e sons se faz agradável à sensibilidade, como creio.

Recensões

Ernesto Rodrigues

O Romance do Gramático

Gradiva, 2011

Labirinto quinhentista

Na abertura deste romance, Ernesto Rodrigues recorre a um dos mais antigos estratagemas ficcionais: a descoberta de um manuscrito perdido que lança nova luz sobre uma determinada figura histórica. Neste caso, o foco recai sobre Fernando de Oliveira, autor da primeira *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536). Em jeito de preâmbulo, assistimos ao encontro entre um professor de português da Universidade de Budapeste e uma aluna húngara que prepara dissertação sobre João de Barros. Nas suas investigações, a jovem recupera um documento, dobrado em 16 partes, escrito por diferentes mãos, tanto na frente como no verso. Os dois textos, autónomos, causam no professor «admiração, inveja limpa, euforia», na medida em que revelam uma inesperada qualidade romanesca, antecipando «algumas propostas da ficção seiscentista e ulterior».

O primeiro «livro» consiste numa estranha narrativa, passada na ilha de Bled (actual Eslovénia), em Setembro de 1532, quando os turcos voltam a ameaçar a Europa. Enviado pelo papa, Fernando de Oliveira chega a um mosteiro de frades desconfiadíssimos, numa missão pouco clara até para ele próprio. Apresentando-se como censor de livros, tenciona vigiar aquela comunidade fechada e hostil, mas é ele que acaba vigiado.

A ilha surge como um espaço opressivo, longe do mundo, onde se infiltra, por entre as neblinas, uma espécie de irreabilidade. Oliveira assiste a crimes horrendos, fugas, conspirações, diatribes teológicas e até a um bizarro «concurso europeu Cristo do Ano», com qualquer coisa de *reality show*. Há ainda uma biblioteca gótica vazia

(gémea siamesa de uma igreja) e um labirinto vegetal onde Oliveira intui princípios de uma «gramática da natureza». Sendo um «homem de sentidos», ele tem muitas dúvidas quanto à sua capacidade de resistência ao pecado, acabando por cair em tentação. Ao envolver-se num festim carnal com uma Judite de contornos míticos, o «discurso em romance», barroco e picaresco, torna-se ainda mais difuso e inverosímil — pelo que não espanta o parecer final do frade que proíbe a obra, alegando que ela contém «muita coisa desonesta, e mal soante, alguma escandalosa e contrária à fé e bons costumes».

O segundo «livro», escrito no verso do primeiro, é supostamente obra deste último dominicano censor, inimigo que acompanhou como uma sombra todo o percurso de Fernando, uma vida agora narrada em fragmentos (sete passos e uma «queda»). Mais do que a trajetória de uma «figura indecisa» e fugidia, «mudando conforme o olhar» que sobre ela incide, importa aqui o cenário em que Oliveira se move: esse século «de ouro sombrio», atravessado por «sismos e pestes, pirataria, perdas do rei e da nação, império ao deus-dará», mais o Santo Ofício e seus julgamentos sumários.

Ernesto Rodrigues constrói *O Romance do Gramático* como um labirinto em que a autoria dos textos é incerta, bem como a verdade do que neles se conta. Mas o que lhe interessa, para lá das contingências ficcionais, é o retrato de um país à beira do declínio, triste sina que se prolongou até hoje. Isso e o elogio do amor (em jogo de espelhos que atravessa os séculos). Isso e o prazer da escrita, dando corpo ao «luxo de falarmos esta língua».

(José Mário Silva, in “Actual” – *Expresso*, 20 de Agosto de 2011)

José Carlos Barros

Um amigo para o inverno

Casa das Letras, 2013

“Um Amigo para o Inverno” lembra o exemplo de Thomas Hardy: na fidelidade a lugares e pessoas – alguém é “branco como a cal da parede do Posto da Guarda” –, legitimada pela presença de um mapa a marcar a sua topografia; mas também de documentos alusivos a dados centrais da narrativa, como a repressão política e a clandestinidade. Apesar do realismo geográfico de J.C.B., que destoa da inventividade de Hardy, até um aspeto aparentemente trivial, como a formação em Arquitetura, os aproxima. Algo que talvez não seja inócuo: sobretudo tendo em conta a minúcia de que são alvo, na escrita de Barros, dimensões como o espaço, a textura e os volumes, ou a forma quase ritualística como se repetem motivos como as “camadas” que formam o tempo. Um eixo, aliás, determinante para o romance, que gere, de forma sábia, as talhas de diferentes épocas – inseridas como por necessidade orgânica do todo

diegético, que implica esses avanços e recuos e os legitima na sua mecânica. Usando ainda palavras do autor de “Tess dos D’Urbervilles”, do que aqui se tratou foi de dar “forma artística a uma sequência verdadeira de factos”. Se, por um lado, J.C.B. frisa a ficcionalidade das personagens, por outro, cauciona a existência real do sargento Francisco Gonçalves, apesar do nome suposto. De resto, para lá da efabulação que o romance cria, a sua factualidade é manifesta em todo o livro. Nele, importará menos o enredo – um assassinio, as curvas e contracurvas da investigação que se lhe segue – do que o quadro geral que ele potencia. É de um tempo de ditadura e de um lugar isolado pela geografia e o atavismo que este romance fala. Mas, ao fazê-lo, é de um certo Portugal de sempre que está a tratar.

(Hugo Pinto Santos, in “Actual” – *Expresso*, 10 de agosto de 2013)

Henrique Pedro

O resgate dos justos da Terra

prosaYpoesia, 2012

Um romance inesperado em escritor trasmontano: *O resgate dos justos da Terra*. Inesperado porque foge aos temas mais comuns e abre-se a uma escala planetária, e até cósmica. Tem ingredientes próprios da ficção política e da ficção científica. E o que está em jogo é o destino final da Humanidade. Da advertência prévia:

«Os dois maiores desafios que a Humanidade terá pela frente nos tempos mais próximos, serão a *viagem para as estrelas* e a *comunicação com o Além*, o mundo dos mortos.

Trata-se, em última análise, de um só desafio, porque não é possível ir além do Sistema Solar sem que primeiro penetremos no mundo dos espíritos, para depois emergirmos num qualquer outro além do espaço-tempo.»

Uma história envolvente e desenhada, que começa com uma visita do presidente dos EUA, John Bennet, a um ponto algures entre Vale de Salgueiro e Vale de Telhas, no concelho de Mirandela...

Fracisco Niebro

Ars vivendi ars moriendi

Âncora Editora, 2012

Fracisco Niebro é o *alter ego* mirandês de Amadeu Ferreira (Sendim, Miranda do Douro, 1950), romancista e sobretudo poeta de altíssima qualidade. Tem sido um impulsionador entusiástico da divulgação e estudo do mirandês, que dotou com algumas traduções notáveis, entre as quais a de *Os Lusíadas* e da *Mensagem*.

Neste livro de poesia, surpreendemos o poeta nas suas meditações sobre a vida e a morte — ambas as quais devem constituir uma ‘ars’, ou seja, devem ser encaradas com sabedoria. Mas sabedoria sem emoção dificilmente dá boa poesia: e este livro tem emoção a rodos; dir-se-ia escrito mais com o coração do que com a cabeça: «quando te assomas a ti mesmo,/ tenes medo de preguntar:/ adonde stá la raia redadeira,/ l lhemite de la degradaçon an que mos queremos ber?/ apuis, chube-te un fernesin de nun seres capaz de responder,/ i botas-te a sachadas als dies i a la huorta.»

O livro está dividido em três secções: “Ls trabalhos i ls diuses”, “L camino de casa” e “Chinas fâzen siempre mosaicos”. Esta última é constituída 95 curtos poemas de três versos, que, pela agudeza, pela sensibilidade, pela revelação da natureza, fazem lembrar os famosos ‘haikais’ japoneses.

Trata-se seguramente de um dos mais belos livros de poesia de autores trasmontanos publicados em 2012, e um dos melhores de sempre da literatura de expressão mirandesa.

A edição é bilingue, tendo a tradução para português estado a cargo de António Canguero e Rogério Rodrigues. Também a tradução, só aparentemente fácil, merece nota alta.

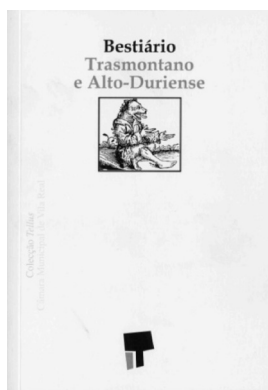
Notícias das Letras



Bibliografia do Distrito de Bragança

Chegaram à nossa Biblioteca, por amável oferta da Câmara Municipal de Bragança, os quatro primeiros grossos volumes da *Bibliografia do Distrito de Bragança* (Série Escritores, Jornalistas e Artistas), da autoria do Dr. Hirondino Fernandes e editada pela Autarquia brigantina. É um trabalho assombroso, que ocupou o seu Autor durante várias décadas, e que, pela sua dimensão, fôlego e interesse cultural — e não apenas regional —, pode colocar-se ao lado das célebres *Memórias Arqueológicas [...]*, do Abade de Baçal.

É uma obra verdadeiramente monumental, que atinge as 8.000 páginas e reúne informação detalhada sobre 5.000 autores e um acervo bibliográfico próximo dos 100.000 títulos. Tivemos entretanto notícia da saída do 5.º volume, estão para sair estando ainda para sair mais quatro volumes, ficando assim completa a série.

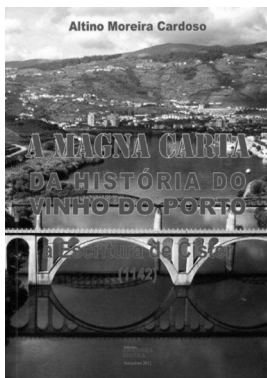


Bestiário trasmontano e alto-duriense

No âmbito das comemorações do Dia das Letras Trasmontanas e Alto-Durienses, que o Grémio Literário Vila-Realense levou a cabo com acções nos dias 16 e 28 de Março de 2013, foi apresentada ao público na segunda destas datas a antologia *Bestiário trasmontano e alto-duriense*, organizada por A. M. Pires Cabral. Como o próprio nome indica, trata-se de uma escolha de textos sobre animais, retirados da obra de quarenta e quatro autores trasmontanos e alto-durienses, ordenados cronologicamente, desde Camilo Castelo Branco (n. 1825)

a Isabel Mateus (n. 1969).

Trata-se de uma antologia abrangente, onde, para além dos habituais textos de poesia, conto e crónica, foi dado espaço também a géneros e modalidades nem sempre presentes neste género de publicações, como a literatura infantil, a linguagem popular e o mirandês. Também as espécies zoológicas presentes são muito variadas, e não apenas aquelas ditas ‘nobres’.



“A Magna Carta da História do Vinho do Porto” em 2.^a edição

O estudo *A Magna Carta da História do Vinho do Porto – A Escritura de Cister (1142)*, da autoria de Altino M. Cardoso, publicada em 2012, anuncia já em 2013 a 2.^a edição, que amplia e aprofunda os dados histórico-documentais então apresentados. Desta ampliação e aprofundamento resulta que a obra, que na primeira edição contava apenas 54 páginas, conta agora nada menos de 300, o que diz bem do esforço feito pelo Autor em ir mais além na investigação.

Recordamos que Altino Cardoso, licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é um autor alto-duriense que tem dedicado à sua região natal importantes estudos de carácter literário, histórico, etnográfico e musical, presentes em bibliografias de várias universidades de Portugal e Espanha e em diversos trabalhos académicos.



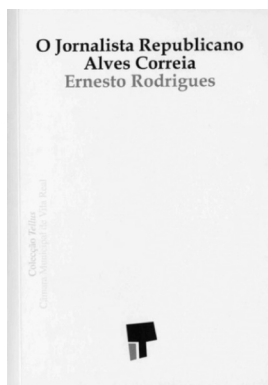
Homenagem a João de Sá

Promovida pela Câmara Municipal de Vila Flor, teve lugar no dia 1 de Novembro de 2012 uma sessão de homenagem ao distinto escritor vila-florense João de Sá, falecido em Lisboa em 23 de Fevereiro do mesmo ano.

Sobre João de Sá, tivemos ocasião de escrever na página do Grémio Literário Vila-Realense uma nota de que transcrevemos: «Poeta, contista e cronista, João de Sá era possuidor de uma escrita límpida, reflexiva, que volitava,

como uma borboleta atraída pela luz, em torno da sua Vila Flor natal, fonte de inspiração tão absorvente que é dela que fala nos nove livros que nos deixou. Mas a qualidade dessa escrita, com a sua notável profundidade de análise e intensidade de sentimento, distingue-a bem da vulgar literatura encomiástica e bem intencionada.»

A sessão decorreu no Centro Cultural de Vila Flor, e incluiu a apresentação da 2.^a edição (póstuma) de *Flores para Vila Flor*.



O Jornalista Republicano Alves Correia - Antologia

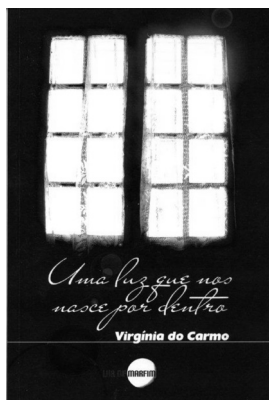
António Narciso Rebelo Alves Correia, nascido em Vila Real em 25 de Maio de 1861, foi um dos maiores jornalistas portugueses dos tempos pré-republicanos, a par de João Chagas e Brito Camacho. Grande propagandista do ideal republicano, escreveu textos de grande contundência (e grande actualidade, acrescentaríamos nós) nos jornais *Folha do Povo*, *O Século*, *Os Debates*, *A Vanguarda* e *O País*.

Atento o seu papel em prol da República (que não chegou a ver, pois morreu em 1900), o Grémio Literário Vila-Realense decidiu publicar uma antologia de textos jornalísticos de sua autoria, tendo confiado a selecção, contextualização e estudo introdutório ao Prof. Doutor Ernesto Rodrigues, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e também ensaísta, poeta e romancista, natural de Torre de Dona Chama, Mirandela. A publicação, que constitui o nº 25 da Colecção *Tellus*, foi apresentada ao público em 13 de Setembro de 2013 pelo organizador da antologia.

Uma luz que nos nasce por dentro

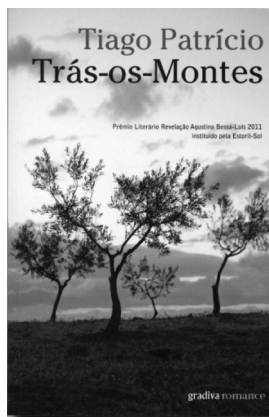
Virgínia do Carmo, embora nascida em França, é na verdade trasmontana. Pela sensibilidade, pelo apego pela terra dos seus antepassados.

Além de escritora, é animadora cultural e mantém em Macedo de Cavaleiros, onde vive, uma aposta



simultaneamente comercial e cultural, a Livraria Poética, onde têm lugar regularmente eventos de exaltação da poesia, da pintura, da fotografia e de outras artes.

Já nos tinha dado dois títulos de poesia (*Tempos cruzados*, 2004, Pé de Página Editores, e *Sou, e sinto*, 2010, Temas Originais). Chega-nos agora uma incursão pela prosa (*Uma luz que nos nasce por dentro*, 2011, Lua de Marfim), uma espécie de híbrido de novela e diário, relatando com tocante autenticidade experiências que raíam os limites do humanamente suportável. «Trago as mãos sujas de tanta humanidade. Mas há-de haver um rio à minha espera e nele hei-de mergulhar as más memórias destes dias de angústia.»

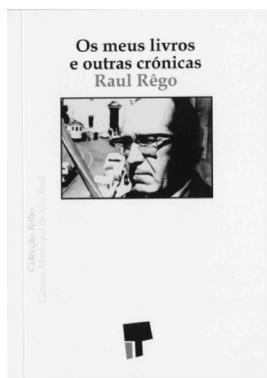


Trás-os-Montes

Tiago Patrício nasceu no Funchal, em 1979, mas tem origem trasmontana e viveu até aos 19 anos em Carviçais, Torre de Moncorvo. E é justamente Carviçais o cenário para o seu primeiro romance, *Trás-os-Montes* (Gradiva, 2012), que foi o vencedor do importante Prémio Literário Revelação Agustina Bessa-Luís 2011, instituído pela Estoril-Sol.

É um romance sobre o mundo da infância, girando entre dois pólos antagónicos: a inocência e a perversidade. Ou melhor: a inocência perversa e a perversidade inocente. De leitura fácil, mas geradora de inquietudes. Vasco Graça Moura, presidente do júri do Prémio, realça «as qualidades de escrita reportadas à dureza de um universo infantil numa aldeia de Trás-os-Montes e à maneira como o estilo narrativo encontra uma sugestiva economia na expressão e comportamentos das personagens».

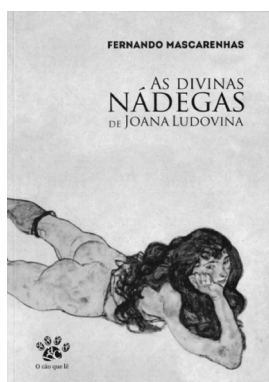
Apesar de jovem, Tiago Patrício não é um escritor estreante, pois tinha já publicado poesia e teatro, e tem textos publicados em França, Egipto, Eslovénia e República Checa.



Os Meus Livros e Outras Crónicas, de Raul Rego

O n.º 27 da Colecção Tellus, do Grémio Literário Vila-Realense, é uma antologia de crónicas de Raul Rego, organizada e anotada por Ernesto Rodrigues, tendo por tema comum escritores trasmontanos. O caderno, que contou com a colaboração da Academia de Letras de Trás-os-Montes, pretendeu ser um contributo para o centenário do nascimento do grande jornalista (Morais, Macedo de Cavaleiros, 15 de Abril de 1913). Lembramos que a Raul Rego foi atribuída, pela Federação Internacional dos Editores de Jornais e Publicações, o galardão ‘Pena de Ouro da Liberdade’.

A apresentação da obra teve lugar no dia 12 de Setembro de 2013, às 21h30, tendo sido feita pelo organizador, Prof. Doutor Ernesto Rodrigues. Esteve presente uma das filhas de Raul Rego, Manuela Rego.



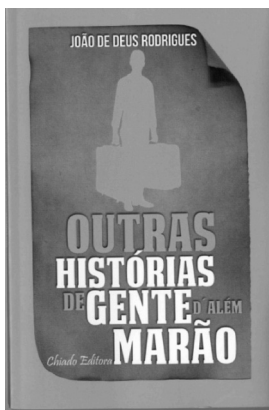
As Divinas Nádegas de Joana Ludovina

Fernando Mascarenhas, um romancista tardiamente revelado, volta ao convívio com o Leitor com o seu novo romance, o quarto, intitulado As divinas nádegas de Joana Ludovina (O Cão Que Lê, 2013). Tinha até ao presente publicado O sabor da marmelada fresca, Cafeína e Vertigem. É uma história em que, para além da trama romanesca e do dia-a-dia monótono de uma vila de província, se pressente a angústia de um homem maduro ante as incertezas e desafios de um presente que não auguram nada de bom para o futuro. O romance foi apresentado pelo Prof. Doutor Luís Alvim Serra, durante o III Encontro de Escritores Transmontanos, realizado em Macedo de Cavaleiros, em 7 de Setembro de 2013, pela Poética.

Outras histórias de gente d'além Marão

João de Deus Rodrigues (Morais, Macedo de Cavaleiros, 1940) prossegue a sua caminhada literária com um volume de contos intitulado Outras histórias de gente d'além Marão (Chiado Editora, 2013).

É uma colectânea de compreende sete contos razoavelmente extensos sobre gente da terra do autor (embora por vezes



fora dela), bem caracterizada na sua identidade trasmontana. De resto, o apego às coisas de Trás-os-Montes é constante na obra diversificada de João de Deus Rodrigues, que inclui poesia, conto e estudos monográficos. Residindo nas proximidades da capital, João de Deus Rodrigues sente a urgência dos apelos da terra e dá-lhes, nestes contos, uma resposta literária despretensiosa mas eficaz.

Sumário

• <i>A Agave só floresce uma vez</i> , de Eurico Figueiredo <i>A. M. Pires Cabral</i>	5
• <i>Camilo Castelo Branco por terras de Barroso e outros lugares</i> , de Bento da Cruz <i>A. M. Pires Cabral</i>	12
• A actividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII <i>Armando Palavras</i>	18
• Torre de Quintela — Vila Marim e Vilar de Maçada, duas freguesias ligadas pela história <i>José Alves Ribeiro</i>	40
• Ciclo ‘Castelos e Poemas’.	46
• Prémio Literário ‘António Cabral’ — 2013	65
• Recensões	67
• Notícias das Letras	71

